

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Eduardo Antunes Ruviaro

**A DIPLOMACIA AMBIENTAL DE JAIR BOLSONARO E O ENFRAQUECIMENTO
DO *SOFT POWER* BRASILEIRO SEGUNDO O *THE NEW YORK TIMES***

PORTO ALEGRE

2023

Eduardo Antunes Ruviaro

**A DIPLOMACIA AMBIENTAL DE JAIR BOLSONARO E O ENFRAQUECIMENTO
DO *SOFT POWER* BRASILEIRO SEGUNDO O *THE NEW YORK TIMES***

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharela em Relações Públicas.

Orientador: Prof. Dr. José Guibson Delgado Dantas

PORTO ALEGRE

2023

Eduardo Antunes Ruviaro

**A DIPLOMACIA AMBIENTAL DE JAIR BOLSONARO E O ENFRAQUECIMENTO
DO *SOFT POWER* BRASILEIRO SEGUNDO O *THE NEW YORK TIMES***

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial à obtenção de título de
Bacharela em Relações Públicas.

Aprovado em: ____ de _____ de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Dr. José Guibson Delgado Dantas — UFRGS
ORIENTADOR

Dra. Ana Karin Nunes — UFRGS
EXAMINADORA

Dra. Helenice Carvalho — UFRGS
EXAMINADORA

*L'important n'est pas ce qu'on fait de nous,
mais ce que nous faisons nous-même de ce qu'on a fait de nous.*

Jean-Paul Sartre.

AGRADECIMENTO

A conclusão desta etapa é um momento tão solene e rico em sentimentos, que portanto, compartilho o meu mais profundo obrigado a todos e todas que estiveram comigo nesta jornada. Ter o privilégio de concluir esta formação em uma universidade pública, seguindo a trajetória de quando menor, ao concluir o ensino médio também na mesma instituição, é motivo de profundo orgulho e gratidão.

Expresso meu eterno carinho e admiração aos meus pais, que por meio destas singelas palavras, agradeço pelo incondicional amor e apoio em todos os meus momentos de vida. Vocês me inspiram a ver a vida por outras perspectivas e alcançar as minhas realizações.

Agradeço às minhas avós que com ternura e sabedoria, sempre me orientaram a seguir minhas intuições com coragem e aos meus avós por me ensinarem força e perseverança. Sempre levarei comigo nossos momentos seguidos de uma xícara de café que acalentava a alma deste inquieto.

Integrar um curso de comunicação enquanto já estudante de direito foi uma aventura acadêmica com um aprendizado sem precedentes. Por isso, os meus sinceros agradecimentos aos mestres e mestras que moldaram a minha formação: inicialmente, ao meu querido orientador Gibson Dantas, que com muito ímpeto e brilhantismo, me instruiu neste trabalho; ao querido Rudimar Baldissera, e as queridas, Helenice Carvalho e Ana Karin Nunes, minha profunda admiração e gratidão pelos ensinamentos e conselhos.

Por fim, às minhas amigadas, que com amor e parceria, estiveram ao meu lado nesta jornada e se aqui estou concluindo esta etapa, vocês sem dúvidas são parte desta linda construção: Juliano Oliveira, Miguel Medeiros, Matheus Oliveira, Vanessa Samurio, Thiago Chagas, Ana Carolina Nogueira, Fernanda Herter, Ramon Fonseca, Mayara Beltrão, Douglas Zborowski, Maria Antônia, Guilherme Boll, Alex Schultz, em sintonia harmônica à todos e todas àqueles que muito me ensinaram e construíram neste momento inesquecível. Ainda, ao meu parceiro de jornada, Roberto Freitas: alcançamos com muito esmero as glórias deste final de ciclo. À vocês, meu intenso respeito, amor e carinho.

Expresso minha gratidão, ainda que em poucas palavras, a todos e todas que em algum instante da minha vida, compartilharam sorrisos, suporte, memórias e conquistas. Bem como, diante das intempéries, ofereceram acalantos e momentos de silêncio possibilitando uma sincera reflexão sobre os desafios passados.

RESUMO

Em face da crise climática, a promoção de pautas verdes como um meio de projeção de influência na política internacional vem exigindo uma retórica que harmonize não somente as políticas domésticas, mas também com os compromissos estabelecidos no plano global, pois a preservação dos ecossistemas e a batalha contra as vicissitudes climáticas se situam no epicentro das discussões na diplomacia. Durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro, o Brasil acumulou uma série de imagens negativas em relação à forma com que exerceu sua política externa e resultou em uma relação diplomática sensível para o Palácio do Itamaraty. A partir dessa problemática, o presente trabalho objetivou compreender como os discursos proferidos por Jair Bolsonaro sobre o meio ambiente, na Assembleia Geral das Nações Unidas, foram recebidos pelo *The New York Times*. Almejou-se o entendimento do impacto dos discursos do ex-mandatário na diplomacia ambiental brasileira e consequente enfraquecimento do *soft power* do país no sistema internacional. Com base na análise de conteúdo (Bardin, 2011), analisamos nove notícias colhidas no *website* do jornal selecionado, durante o período de 2019 a 2021. Como resultado, ao tratarmos da diplomacia ambiental como forma de exercício de *soft power*, entendemos a diplomacia ambiental como um instrumento potente de poder brando, onde os recursos de *soft power* oportunizam um novo espaço de embate diplomático. Por fim, verificamos que o periódico atribui à postura adotada por Bolsonaro a responsabilidade pelo agravamento dos crimes ambientais durante seu mandato.

Palavras-chave: Diplomacia Ambiental — Relações Públicas Internacionais — *Soft Power* — Repercussão — *The New York Times*

ABSTRACT

In the face of the climate crisis, the promotion of green agendas as a means of projecting influence in international politics has required a rhetoric that harmonizes not only domestic policies, but also with the commitments established at global level, since the preservation of ecosystems and the battle against climate change are at the epicenter of diplomatic discussions. During former president Jair Bolsonaro's term in office, Brazil accumulated a series of negative images in relation to the way it exercised its foreign policy, resulting in a sensitive diplomatic relationship for the Itamaraty Palace. By presenting this problem, this study aimed to understand how Jair Bolsonaro's speeches on the environment at the United Nations General Assembly were received by The New York Times. The aim was to understand the impact of the former president's speeches on Brazilian environmental diplomacy and the consequent weakening of the country's soft power in the international system. Based on content analysis (Bardin, 2011), we analyzed nine news items collected from the selected newspaper's website between 2019 and 2021. As a result, when dealing with environmental diplomacy as a form of soft power, we understand environmental diplomacy as a powerful instrument of soft power, where soft power resources provide a new space for diplomatic clashes. Finally, we found that the newspaper blames Bolsonaro's stance for the worsening of environmental crimes during his term in office.

Keywords: Environmental Diplomacy - International Public Relations - Soft Power - Repercussion - The New York Times

LISTA DE FOTOS

| | |
|---|----|
| Foto 1 - Eco 92 | 29 |
| Foto 2 - Dilma Rousseff na Convenção de Mudança do Clima | 32 |
| Foto 3 - Bolsonaro na 74° Assembleia Geral da ONU | 40 |
| Foto 4 - Bolsonaro na 75° Assembleia Geral da ONU | 42 |
| Foto 5 - Bolsonaro na 76° Assembleia Geral da ONU | 43 |
| Foto 6 - Bolsonaro na 77° Assembleia Geral da ONU | 46 |

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|----|
| Imagem 1 - <i>Brazil's Bolsonaro on the Environment, in His Own Words</i> | 51 |
| Imagem 2 - <i>The World's Largest Tropical Wetland Has Become an Inferno</i> | 53 |
| Imagem 3 - <i>A Slow-Motion Climate Disaster: The Spread of Barren Land</i> | 54 |
| Imagem 4 - <i>As U.N. Turns 75, the Celebration Is Muted by Calamity and Conflict</i> | 55 |
| Imagem 5 - <i>Unvaccinated and defiant, Bolsonaro pushes back against criticism in his U.N. speech</i> | 56 |
| Imagem 6 - <i>Under Pressure, Brazil's Bolsonaro Forced to Fight Deforestation</i> | 57 |
| Imagem 7 - <i>Dispute Over Amazon Gets Personal for Bolsonaro and Macron</i> | 58 |
| Imagem 8 - <i>Bolsonaro's Sudden Pledge to Protect the Amazon Is Met With Skepticism</i> | 59 |
| Imagem 9 - <i>U.N. General Assembly: France and Turkey Cast Themselves as Peacemakers in Russia's War</i> | 60 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Hard Power <i>versus</i> Soft Power | 15 |
| Quadro 2 - Ilustração do <i>corpus</i> empírico | 49 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 11 |
| 2. O PAPEL DA DIPLOMACIA AMBIENTAL NO SISTEMA INTERNACIONAL | 13 |
| 2.1. Soft Power: o poder brando sob a ótica das Relações Públicas Internacionais | 14 |
| 2.2. A Diplomacia Ambiental como Instrumento de Soft Power | 20 |
| 3. O PERCURSO DA DIPLOMACIA AMBIENTAL BRASILEIRA | 25 |
| 3.1. Importância do meio ambiente para o soft power brasileiro | 25 |
| 3.2. Os compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito ambiental. | 32 |
| 3.3. Acordo de Paris (2015) | 32 |
| 3.4. Protocolo de Cartagena (2003) | 34 |
| 3.5. Protocolo de Nagoya (2010) | 35 |
| 3.6. TIRFAA - Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura (2001) | 36 |
| 3.7. CITES - Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies Silvestres Ameaçadas de Extinção (1973) | 36 |
| 4. POLÍTICA AMBIENTAL DO GOVERNO BOLSONARO | 38 |
| 4.1. A posição de Bolsonaro em assuntos ambientais na Assembleia Geral das Nações Unidas | 40 |
| 4.2. O tema meio ambiente nos discursos de Bolsonaro na ONU | 41 |
| 4.2.1. <i>Discurso na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas</i> | 41 |
| 4.2.2. <i>Discurso na 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas</i> | 42 |
| 4.2.3. <i>Discurso na 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas</i> | 44 |
| 4.2.4. <i>Discurso na 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas</i> | 46 |
| 5. REPERCUSSÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL DO GOVERNO BOLSONARO NAS PÁGINAS DO THE NEW YORK TIMES | 49 |
| 5.1. Procedimentos metodológicos | 49 |
| 5.2.1. <i>Meio ambiente</i> | 52 |
| 5.2.2. <i>Política e imagem externa</i> | 56 |
| 5.2.3. <i>Conflitos diplomáticos</i> | 60 |
| 6. Considerações Finais | 64 |
| 7. Referências Bibliográficas | 66 |

1. INTRODUÇÃO

Durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro, o Brasil acumulou uma série de imagens de cunho negativo em relação à forma com que exerceu sua política externa, principalmente aquelas relacionadas ao meio ambiente. Sob seu governo, desencadeou-se crises ambientais tanto no âmbito doméstico – como a postura de seus ministros do meio ambiente –, quanto no internacional – como conflitos diplomáticos com outros governantes¹. Outrossim, diante uma política ambiental sem perspectivas de uma promoção ampla de combate ao desmatamento na Amazônia, garimpo ilegal e extrativismos, bem como da guinada a uma postura sob a alcunha de “Trump do Trópicos”, o governo de Jair Bolsonaro deflagrou ao mundo uma perspectiva negacionista por meio da sua comunicação pública e sem compromisso com as metas internacionais relativas ao combate às mudanças climáticas (Genin, 2021; Dantas, 2020). Tal reconhecimento torna-se presente na contemporaneidade, em que a preservação dos ecossistemas e a batalha contra as vicissitudes climáticas se situam no epicentro das discussões na diplomacia. Urge considerar igualmente a proeminência do Brasil nesse cenário, almejando que suas ações reflitam o fiel cumprimento dos compromissos pactuados e ajam de forma transparente. Contudo, o que se desvela no atual contexto é uma nação cujo aparelho governamental e o próprio Chefe de Estado se veem enfraquecidos pelo intenso escrutínio e repercussão dos meios de comunicação internacionais. Neste sentido, denota-se conflitos latentes e uma inércia preocupante do governo de Jair Bolsonaro.

Em razão da crescente pressão de líderes internacionais, o Brasil foi questionado por Organizações Não-Governamentais (ONG) e representantes do setor privado sobre sua atuação na prevenção e promoção de ações para conter o desmatamento, resultando em uma relação diplomática sensível para o Palácio do Itamaraty. Visto que, seus discursos oficiais foram constantemente criticados na perspectiva ecológica pois destoavam da realidade nacional, reverberando no globo.

Assim, questiona-se como a posição empregada por Jair Bolsonaro na Assembleia Geral das Nações Unidas, foi percebida pelo *The New York Times*, enfraquecendo a diplomacia ambiental enquanto *soft power* brasileiro. Para tanto, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender como os discursos proferidos por Jair Bolsonaro sobre o

¹ Ilustra-se pela relação debilitada entre Emmanuel Macron e Jair Bolsonaro sobre os eventos de incêndio na Amazônia, culminando na blindagem francesa para o andamento do acordo entre o Mercosul e a União Europeia.

meio ambiente na AGNU, foram percebidos por um dos principais jornais de circulação global, o *The New York Times*. Vinculado ao objetivo estabelecido, almejou-se o entendimento do impacto dos discursos do ex-mandatário na diplomacia ambiental brasileira a fim de considerar a hipótese de enfraquecimento do *soft power* do país no sistema internacional.

Para o alcance do objetivo geral, estabelecemos os seguintes objetivos específicos para a presente pesquisa: (i) validar, sob a ótica das Relações Públicas Internacionais, o conceito de diplomacia ambiental como um instrumento *soft power*; (ii) examinar os discursos proferidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro na Assembleia Geral das Nações Unidas, entre os anos de 2019 e 2021; (iii) identificar o tom discursivo empregado nos pronunciamentos oficiais perante a AGNU; (iv) mapear as principais matérias publicadas pelo *The New York Times* sobre a temática ambiental e por fim, (v) analisar a visibilidade dada pelo jornal americano sobre os discursos selecionados.

Em decorrência da problemática e dos objetivos elencados, justifica-se de suma importância o estudo dos mecanismos de projeção da imagem externa de uma país por meio de instrumentos de *soft power* com o intuito de convergir com os avanços conceituais de Relações Públicas Internacionais. Considerando a crise ambiental contemporânea, reconhecemos a significância na agenda global do objeto deste estudo, tendo em vista que o crescimento das questões ambientais na agenda internacional nas últimas duas décadas alavancou componentes críticos da Política Externa Brasileira. Trata-se, assim, de uma pesquisa que visa registrar as consequências trágicas exercidas por Bolsonaro e que marcaram a história deste país.

Para tanto, escolhemos uma abordagem metodológica de ordem qualitativa, baseada nas premissas de Bardin (2011) sobre análise de conteúdo, que visa "obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores e conhecimentos relativos à condições variáveis inferidas na mensagem" (Bardin, 2011, p. 47) e nas orientações de Stumpf (2011) no tocante à revisão bibliográfica para sua validação. O corpus analisado neste trabalho consiste em nove notícias colhidas no *website* do jornal selecionado, durante o período de 2019 a 2021, no qual o ex-presidente se direcionou ao mundo nas aberturas da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Para o desenvolvimento do processo de análise, discriminou-se a categoria *discurso*, para abarcar três subcategorias temáticas: (i) *meio ambiente*, (ii) *política e imagem externa* e, (iii) *conflitos diplomáticos*.

O presente trabalho foi estruturado em cinco capítulos, sendo que o primeiro trata-se desta introdução. O segundo capítulo centra-se nas questões teóricas do trabalho,

apresentando o conceito de soft power forjado por Nye (2004) sob a ótica das Relações Públicas Internacionais e a diplomacia ambiental como instrumento de soft power. O terceiro capítulo volta-se à compreensão do percurso da diplomacia ambiental brasileira, com destaque para a importância do meio ambiente para o *soft power* brasileiro e alguns dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

O quarto capítulo busca evidenciar a posição de Jair Bolsonaro em assuntos ambientais na Assembleia Geral da ONU. Nesse capítulo será discutido como o referido ex-mandatário tratou o tema meio ambiente nos referidos eventos. Finalmente, no quinto capítulo centra-se nas questões metodológicas do trabalho, caracterização e interpretação das notícias - evidenciando, assim, os efeitos da política ambiental do Governo Bolsonaro nas páginas do *The New York Times*.

2. O PAPEL DA DIPLOMACIA AMBIENTAL NO SISTEMA INTERNACIONAL

A prática diplomática ambiental percebe-se dentro da diplomacia pública e está, atualmente, no desempenho político dos chefes de Estado e suas chancelarias tendo em vista o ganho de espaço nas agendas internacionais. Neste segundo capítulo, valendo-se das contribuições teóricas de Joseph Nye (2004) e Nancy Snow (2009), estabelecemos uma jornada pela intersecção entre os conceitos de Relações Públicas Internacionais (RPI) e diplomacia pública, voltada para temáticas do meio ambiente (diplomacia ambiental), fundamental para o exercício de um poder específico de influência política.

À luz de um limiar teórico em que a área de relações públicas encontra seu espaço no contexto internacional por meio do conceito de *soft power* (seção 2.1), possibilita-se entender a diplomacia pública ambiental como um instrumento de poder brando (seção 2.2).

2.1. Soft Power: o poder brando sob a ótica das Relações Públicas Internacionais

A busca por uma reputação positiva baseada em mediações comunicacionais em contextos complexos, instiga estratégias governamentais focadas em ações de política externa. O poder do relacionamento na sociedade da informação (Castells, 2000), atravessada por visões de mundo colidentes, apresenta um desafio para o exercício de táticas de relações públicas, instituindo um processo comunicativo constituído por formas de representação no âmbito internacional (Curtis; Gaither, 2007).

A balança de poder entre culturas evidencia uma sensível dinâmica que, segundo os autores, traz à baila disputas de sentido e perseguem uma legitimidade para se fazerem influenciar (Curtis; Gaither, 2007). Diferente das teorias mais utilizadas na área de Relações Públicas, quando adentramos sua aplicação no plano internacional, diferentes forças interpelam uma conceituação. Organizada por Culbertson (1996), RPI pode ser enquadrada em quatro esferas de atuação pelos seus atores: por primeiro, organizações internacionais; por segundo, relações intergovernamentais; por terceiro, interações entre cidadãos de diferentes nações e por quarto, transações econômicas transnacionais, as quais dialogam com a Teoria da Excelência de Grunig (1995).

A referida teoria calca-se no modelo simétrico de duas mãos, fundado no diálogo com os públicos. No contexto de governo perante a comunidade internacional, a comunicação busca estabelecer relações positivas com seus diferentes públicos-alvos, tanto interno quanto externo. Isto é, ao envolver a busca por cooperação e parcerias com outros atores

internacionais e nações, promove-se uma execução de via dupla. Logo, alcançando a conferência de reciprocidade entre as nações por meio de ações legítimas (Grunig, 1995).

Intenta-se a aproximação do conceito de RPI com a noção de poder brando e neste diapasão, suas dimensões constituintes merecem atenção para o desenvolvimento teórico almejado. O movimento contemporâneo pela transparência dos líderes políticos no tocante à prática de RPI, em que se exige acesso à informação diante a sociedade da pós-verdade, *ab origine*, é encontrada nas lições de Verčič *et al.* (1996) e, posteriormente, em Alaimo (2017).

O primeiro, apresentou cinco dimensões do conceito de RPI e versou sobre o sistema sócio-político dos países; seguido da dimensão cultural, ativismo, desenvolvimento e o sistema de mídia - sendo o centro da prática de Relações Públicas exercida pelos países (Alaimo, 2017), como se observa nos Estados Unidos, por exemplo. Por sua vez, o segundo amplia a visão de Verčič *et al.* (1996), apresentando duas novas dimensões. Segundo Alaimo, as expectativas sociais são elementos vinculados à “atuação de RPI, considerando a exigência do público sobre a atuação das empresas e instituições ao redor do mundo” (Alaimo, 2017, p. 17, *apud* Aguiar, 2022). Ao passo que, as expectativas influenciadoras enquadra-se em um “cenário de mudança de porta-vozes nas estratégias de comunicação das organizações causada pela globalização, e o aumento da interdependência social, e da circulação rápida de informações pelas redes sociais e serviços de tecnologia” (Alaimo, 2017, p. 17, *apud* Aguiar, 2022).

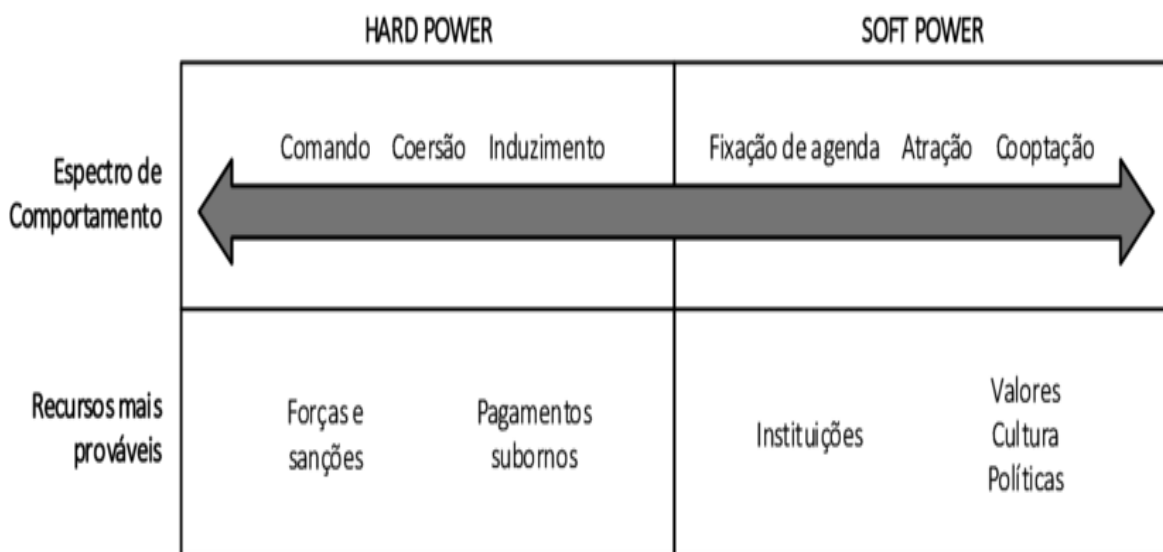
Ao considerar o avanço conceitual na subárea RPI, Dantas (2020, p. 10) diz tratar-se de:

[...] iniciativas planejadas e organizadas por uma multinacional, uma organização internacional ou um governo que visam estabelecer uma boa imagem perante à opinião pública internacional, gerando, assim, ganhos nos campos econômico, cultural, político e social.

O movimento exógeno de caráter político das relações exteriores demanda uma governança sólida e transparente pautada nas atribuições do campo das RPI para o desenvolvimento de uma boa reputação. Daí sua inegável importância: volta-se para o campo da influência e nesse processo indireto de exercício de poder, influência discursiva e cultural intencional, converge para o que se conhece como *soft power*, considerando sua alta capacidade de mudar a opinião pública e conquistar relações diplomáticas em cenários improváveis (Freitag; Stokes, 2009; Golan; Yang; Kinsey, 2015; Wilcox; Cameron; Xifra, 2012; Seitel, 2002; Inoue, 2018).

Nye (2004) apresentou uma nova perspectiva para as relações de poder entre os Estados e demais atores que atuam na esfera das relações internacionais. O termo cunhado apresenta uma intenção inversa ao conhecido estrategema internacional *hard power*, em que sanções fiscais, conflitos armados e bloqueios econômicos são utilizados para exprimir a vontade de um país sobre outro. A divergência empregada pelo autor pode ser assim apresentada:

Quadro 1 - Hard Power versus Soft Power



Fonte: Nye Jr. (2004, p.8) adaptado pelo autor.

Neste viés, a noção da abordagem branda também vincula-se à prática de negociações internacionais de acordos, tratados e convenções em matéria de direito internacional ambiental e climático, como por exemplo, o Acordo de Paris². Com esse entendimento, percebe-se o exercício de uma governança não coercitiva (por meio de sanções) e com a relação entre pares para a boa execução dos objetivos almejados, logo, é nesta convergência que se observa a influência da espécie de poder conceituada pelo autor americano. A antagonização entre *soft power* e *hard power*, remanesce no propósito de alcançar um objetivo afetando o comportamento de outro agente por caminhos distintos. Estes, caracterizados pelo

² Para fins de delimitação conceitual, Bodansky (2016, p. 261), esclarece que "a adoção de acordos multilaterais em matéria ambiental de natureza *soft law*, são baseados na pressão entre os pares vinculados, de forma não coercitiva e não invasiva às soberanias daqueles, tendo grande valia como uma estratégia de convergir esforços em face das variadas demandas sobre a crise ecológica, apoiando-se na ambição e cooperação daqueles". Tradução nossa.

grau de tangibilidade dos recursos e natureza dos comportamentos para alcançar os resultados pretendidos (Nye, 2004).

Em linhas gerais, Nye (2004) compreende que tais comportamentos ensaiam uma coreografia que abarca uma variabilidade de posições, moldada por um espectro que se desdobra desde a imposição despótica do comando até a sedução sutil da cooptação, passando pela coação, a indução econômica e, finalmente, a orquestração das agendas em prol de uma atração irresistível. Imperioso mencionar que a relação instaurada entre o poder brando (*soft power*) e o poder coercitivo (*hard power*) não se configura como uma mera interdependência mecânica. O poder coercitivo, à sua maneira, é capaz de atrair adeptos, contudo, destoa de uma faceta austera revelada pelo poder brando.

Por meio de práticas de RPI, o exercício sutil do poder é capaz de conferir legitimidade diante os olhares do público externo, oportunizando a validação para sua acolhida e engendrando laços diplomáticos com o condão de fortalecer as relações. Notadamente quando se aborda temáticas de interesse público vinculadas à construção discursiva governamental (pautas de meio ambiente, por exemplo), o *soft power* harmoniza-se com a edificação de uma reputação intrínseca no âmbito das instituições internacionais, à imagem da Assembleia Geral das Nações Unidas, principal cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU). Neste compasso, versa Nye (2004, p. 10-11):

[...] Quando os países legitimam seu poder aos olhos dos outros, encontram menos resistência à sua vontade. Se a cultura e a ideologia de um país são atrativas, os outros o seguirão de melhor grado. Se um país pode moldar regras internacionais que sejam consistentes com seus interesses e valores, suas ações provavelmente parecerão legítimas aos olhos dos outros. Se ele utilizar instituições e seguir regras que encorajem outros países a canalizar ou limitar suas atividades de acordo com sua preferência, não precisará incorrer em tantos gastos com induções e coações [...]

A influência gerada pelo comportamento alheio com o intuito de alcançar objetivos almeçados relaciona-se intrinsecamente à forma pela qual um determinado ator internacional exerce um aspecto do poder que lhe é atribuído. Isto é dizer, considerando os pilares enunciados por Nye (cultura, ideias políticas e políticas), seriam possíveis formas de cooptação, sendo elas: (i) com coerção utilizando comando e ameaças; (ii) persuasão através de pagamentos ou demonstração de recursos econômicos amplos; ou (iii) atraindo o seu alvo, focando em cooptá-los a favor de seus interesses (Nye, 2004). Outrossim, na era da informação, a dinâmica do poder se transforma com tamanha liquidez que os líderes de

Estado se veem compelidos a direcionar maior atenção a seu aspecto mais afável, ou seja, àquele que exerce influência sobre o comportamento alheio sem fazer apelo à coação, leia-se:

A habilidade de conseguir o que se quer através da atração, e não da coação e de pagamentos. Ele surge da atratividade da cultura, dos ideais políticos e das políticas de um país. Quando suas políticas são vistas como legítimas, o poder brando se eleva (Nye, 2004, p. 9).

Identifica-se, assim, uma política externa que se ampara em um poder não invasivo, porém dotado de alcance e substância cultural e política, que se manifesta por meio de nuances e traços distintos no exercício do poder geopolítico. Dentro de uma perspectiva dialógica associada ao discurso, o poder suave adquire relevância precisamente quando as políticas adotadas pelo líder político se estabelecem em atos e fundamentos legítimos. Desse modo, o discurso falacioso e cínico não deveria encontrar espaço para florescer, haja vista a ilegitimidade inerente à política praticada (Nye, 2004). Ademais, Van Ham (2005, p. 48) complementa:

Embora o poder militar (“duro”) tenha sido instrumental na construção de impérios, o poder “suave” de legitimidade, credibilidade, superioridade cultural, e denominação normativa relacionada, foi essencial para manter o controle. Pode-se argumentar que tanto o Império Britânico como o Soviético caíram em declínio porque perderam legitimidade junto a seu próprio povo.

Nesta linha, iniciativas que levam a uma nova visão sobre o país são essencialmente importantes. Segundo Pecequillo (2004, p. 58), em que pese o Brasil possua potencial para desenvolver este poder, ele “não consegue se converter em poder real, permitindo que outros agreguem valor e consigam domínio a partir de seus recursos, deixando, além disso, muitos dos recursos potenciais sem exploração”. A realidade apontada pela autora decorre de um entendimento dos recursos naturais como potencial ativo político de poder suave, como a proteção da biodiversidade a partir de uma boa governança ambiental.

Tal eixo apresenta o liame do uso das retóricas ecológicas e *policy-making* ambientais como vetores de *soft power*, instruídas na diplomacia ambiental. Por meio de seus vastos ecossistemas e ativos ecológicos, o país pode usar este estratagema para atrair a atenção de outros povos, criando uma identificação com a pauta ambiental mesmo diante das crises internas. Dessa forma, o Brasil passa a identificar os interesses das nações estrangeiras em consonância com os de seus próprios cidadãos, sustentados por ideias de democracia, amplo

arcabouço legislativo ambiental e projetos econômicos pautados no desenvolvimento sustentável.

A credibilidade na sociedade da transparência (Han, 2020) passa a ser uma necessidade dos Estados e crucial instrumento para cativar públicos estrangeiros. Outrossim, na compreensão de Weber (2004, p. 264), “[...] a credibilidade depende da legitimidade de quem fala, do seu ‘lugar de fala’, do poder fiduciário que lhe foi atribuído e da imagem sobre esta legitimidade construída estrategicamente”. Ou seja, uma comunicação translúcida e aparente, possibilita a instauração de momentos de credibilidade junto a públicos nacionais e internacionais, resultando na capacidade de pressionar seus representantes em busca de respostas e, assim, influenciando a formulação da política externa.

Diversas versões dos fatos conduzem a diferentes reações, e o poder de atração pode rapidamente se converter em repulsa caso a postura do interlocutor seja marcada pela arrogância e cinismo, denunciando uma traição aos valores que pretende defender e comprometendo a mensagem que almeja transmitir a seus pares.

A batalha neste campo da construção de uma retórica ambiental em espaços internacionais passa a ter como enredo a competição entre nações por maior credibilidade verde. Em acréscimo, costura-se a afirmação de Nye (2008, p. 101):

Sob as novas condições da era da informação, mais do que nunca, uma “venda sutil” se prova mais eficaz do que uma “venda forçada”. Sem a credibilidade nacional fundamental, os instrumentos da diplomacia pública são medida por mentalidades mudadas (conforme demonstrado em entrevistas ou pesquisas de opinião), e não em dólares gastos ou rótulos sofisticados.

Os recursos de *soft power* oportunizam um novo espaço de embate diplomático, uma espécie de complemento às estratégias tradicionais de exposição de autoridade. Dentro do tabuleiro de xadrez nas relações internacionais, o que está em jogo é a capacidade de gerar confiança e afinidade para legitimar políticas externas, dado que um país pode obter os resultados que deseja na política mundial porque "outros países - admirando seus valores, seguindo seu exemplo, aspirando seu nível de prosperidade e fraqueza - querem segui-lo" (Nye, 2004, p. 5, tradução nossa).

A compreensão do conceito de *soft power* perpassa o entendimento do que significa poder. Atualmente, ambas as tipologias de poder, seja suave ou coercitivo - *soft* ou *hard power* - são utilizados em diferentes contextos e decorrem da forma que as nações se projetam suas visões de mundo, ou seja, os objetivos que os Estados optam por desenvolver suas

relações diplomáticas. Neste horizonte, o conceito de *soft power* desenvolvido por Nye (2004) foi estendido para outras concepções por Jason W. Cronin (2004), a partir de *cases* estadunidenses, conforme se observa do seguinte extrato:

[*Soft power*] é a capacidade de conseguir um resultado desejado porque os outros querem o que você quer. Trata-se de atingir objetivos por meio da atração e não da coerção. Por meio do poder suave, é possível convencer os outros a seguir regras ou concordar com elas, produzindo um comportamento desejado [...]. Ele se estabelece por meio das ideias e da cultura, sobretudo se o Estado ou a organização consegue fazer seu poder parecer legítimo aos olhos dos outros. [...] Se isso é bem-feito, o Estado ou a organização não precisará utilizar os custosos recursos tradicionais de [*hard power*] (econômico ou militar) [...]. A sutil, mas bem-sucedida propagação da cultura popular americana (produtos, tecnologia, comida, música, moda, filmes, etc.) aumentou consideravelmente o conhecimento global sobre o país e também a receptividade dos ideais e valores americanos. A influência do poder suave americano não foi intencional, mas um subproduto inadvertido de seu sucesso cultural e econômico. É importante notar que o poder suave precisa ser crível para ser eficiente (Cronin, 2004, p. 5-6, apud Ballerini, 2017, p. 17-18).

A eficiência do poder brando está na sua execução crível com efeitos dependentes da aceitação da audiência receptora. Partindo-se do pressuposto apresentado, em que os aspectos cultural, ideais políticos e política assumem um papel de alta relevância para o *soft power*, fica estabelecido que as fontes de poder suave muitas vezes não estão nas mãos dos governos, mas sim do próprio público, tendo em vista que os efeitos positivos deste poder dependem da aceitação e recepção da sociedade.

Ao tratarmos da diplomacia ambiental como forma de exercício de *soft power*, entendemos esta espécie diplomática como um instrumento de exercício de poder, a partir da fonte política, sobre as políticas externas e seu eco nas reputações de determinada postura ou eventos. Afinal, quando uma nação se empenha em se definir no cenário mundial por meio da defesa de uma questão específica, mas de interesse universal, como o meio ambiente, ao mesmo tempo almeja vincular sua imagem a esse tema. Destarte, acaba por alcançar maior projeção e influência, bem como se fazer presente em todas as ocasiões em que debates ambientais forem instigados e necessitarem de um posicionamento.

2.2. A Diplomacia Ambiental como Instrumento de *Soft Power*

Imaginemos, por um instante, que você fosse convidado para fazer parte da delegação do seu país em uma conferência internacional encarregada da delicada missão de negociar um tratado ambiental global ou se pronunciar enquanto líder político sobre a posição do seu país frente à determinada pauta, como, por exemplo, na Assembleia Geral da ONU ou uma Conferência das Partes do Acordo de Paris (COP).

Nos últimos anos, um número cada vez maior de tais negociações têm ocorrido sobre temas que vão desde o combate à degradação da camada de ozônio até a poluição marítima, voltando-se também para a preservação das florestas tropicais até a questão premente do aquecimento global. Além disso, tais temáticas múltiplas não se encontram em um vácuo social, econômico ou político. Pelo contrário, existem várias partes interessadas, incluindo representantes de empresas e indústrias, grupos ativistas ambientais e organizações científicas, todos os quais clamam por atenção e demandam consulta. Portanto, exige-se uma transparência e comunicação aos diversos *stakeholders* inseridos no aspecto internacional (Susskind, 1994).

Essa jornada constitui uma manifestação concreta das dinâmicas diplomáticas e do exercício da comunicação pública no jogo internacional, permeando esferas do poder e da representação, com elevado grau de interesse e principalmente de capital simbólico. Atualmente, mais do que nunca, quando o mundo é assolado por desafios ambientais, sociais, de saúde e econômicos, necessitamos de coragem na política, tanto a nível nacional como global (Doods; Spence, 2022). Neste contexto, emerge-se o exercício da diplomacia ambiental, como uma vertente do que se conhece por diplomacia pública.

A conceituação desta modalidade diplomática pública desloca-se em sentido convergente para se enquadrar em uma forma de influência sutil nas relações Estado-Estado, principalmente quanto às variáveis reputação e barganha nas mencionadas negociações globais. Permitindo, que a gestão coletiva do meio ambiente seja pauta central para pressionar os Estados frente a determinados acordos.

Enquanto instrumento para o desenvolvimento da governança global, a diplomacia ambiental representa um mecanismo em prol do diálogo e da cooperação. Giza-se que pela

cooperação ficou o Brasil reconhecido, devido à política externa baseada no multilateralismo e construções de poderes brandos de influência. Ilustra-se esta reputação internacional pelo hercúleo movimento para sediar, em 1992, a ECO-92 no Rio de Janeiro, um dos principais *turning points* no emprego da diplomacia ambiental brasileira como *Soft Power*. O evento, de acordo com Susskind (1994), contou com mais de 4.000 oficiais de estado e 30.000 negociadores não-estatais, culminando em duas intensas semanas de negociações *peer-to-peer* e, ao final, culminou em complexos acordos ambientais.

Ao adentrarmos na noção de diplomacia ambiental, devemos dar um passo anterior e compreender o conceito de diplomacia pública, pois estes são intrínsecos ao entendimento da sua importância em questões ambientais e climáticas. A diplomacia do século XXI oferece um escopo diverso daquela conhecida como diplomacia tradicional. Neste horizonte, permite inferir que o lastro da diplomacia pública abarca o que denominamos aqui, pelo uso da literatura empregada, como diplomacia ambiental. Enquanto “estratégias e ações contínuas para promover interesses nacionais e políticas externas” (Gulion, 1965 *apud* Aguiar, 2022), a diplomacia pública apresenta “dinâmicas de poder” presentes de maneira intrínseca ao exercício de instrumentos de *soft power* (Snow, 2020; Dantas, 2023).

Isto é, uma mutabilidade inerente nas relações organizacionais e no cultivo de relacionamentos mútuos entre nações (Snow, 2020). À medida que a complexidade das relações internacionais aumenta, os Estados contemporâneos, entre eles o Brasil, para conduzir uma diplomacia forte, necessitam adaptar a sua projeção externa para assegurar sua resistência e sua primazia na condução dos embates internacionais que lhe são pertinentes.

À óptica de Joseph Nye (2004), os autores Molina Rabadan e Iglesias Onofrio (2006, p. 6) aprofundam o entendimento desse funcionamento a partir do estudo da *Noopolitik*³ e das evoluções contemporâneas da diplomacia pública. Em acréscimo a *noosfera*⁴, ademais da esfera da informação, abarca também a soma de ideias, mitos, crenças, atitudes que o humano produz ao agregar dados e os analisar. Isto é, *noosfera* seria “um espaço global de opiniões e discussões intelectuais, afetivos e imaginários, uma arena por excelência de abordagem do ‘paradoxo da abundância’” (Rabadan; Onofrio, 2006, p. 6). A *noopolitik*, por sua vez, se

³ O estudo da *noopolitik*, de acordo com Rabadan e Onofrio (2006), constitui uma posição teórica divergente da teoria realista de relações internacionais. Aqui, abordamos a noção de *noopolitik* para enfatizar o papel do *soft power* na expressão de ideais, valores, norma e ética por meio da mídia, manifestando-se pela crescente fábrica de interconexões globais, pelo fortalecimento contínuo da sociedade civil global, o aumento do poder brando, a nova importância das vantagens cooperativas e a formação da noosfera global (Rabadan; Onofrio, 2006, p. 6). Tradução nossa.

⁴ Tradução nossa. No original: “un espacio a escala global de opiniones y consensos intelectuales, emotivos e imaginarios, que resuelve la ‘paradoja de la plenitud’, consistente ésta en que llegado a cierto punto, cuanta más información tenemos más desorientados nos encontramos” (ibid, p. 7).

compõe de políticas que dão primazia ao *soft power* e aos interesses compartilhados. O espaço da *Noopolitik* busca a cooperação dentro de um marco ético definido por atores orientados por fins comuns, propensos a partilhar informação e balancear responsabilidades, organizados em redes de aliados vitais para a segurança. Para Molina Rabadan e Iglesias Onofrio (2006, p. 8-9):

Da mesma forma que o poder brando, a noopolitik visa a atrair, persuadir, cooptar e influir nas percepções da opinião pública; busca ter a habilidade de conduzir as interações externas em termos de conhecimento para o qual se requer uma estratégia de informação que adquira a posição de matéria de segurança nacional e que se centre na “balança de conhecimento”, diferente da tradicional “balança de poder”.

A diplomacia pública abraça questões ligadas à governança ambiental e direciona-se a uma variedade de públicos (nacionais e estrangeiros), dada a sua interação com diversos estratos sociais por meio de manifestações de caráter público. Valendo-se do aporte teórico, podemos categorizar a diplomacia pública como a orquestração da imagem externa, englobando propaganda e empreendimentos que, mesmo sob a alcunha moderna, têm raízes tão antigas quanto a própria história da diplomacia.

Outrossim, diferente da propaganda empregada por regimes autoritários, a diplomacia pública manifesta-se como um ato de persuasão (Aguiar; Dantas, 2023), com ênfase na opinião pública em sua generalidade, sendo seu núcleo a disseminação de informações de forma transparente e de fácil acesso à audiência. Logo, uma ferramenta ao serviço da política externa, cujo embasamento repousa na convicção de que as opiniões, atitudes e comportamentos dos indivíduos em outras nações possuem relevância para os governos, dados os impactos desses fatores nas esferas nacionais e internacionais (Noya, 2007 *apud* Mello, 2022). Neste sentido Jan Melissen (2005, p. 5) afirma que:

A distinção básica entre diplomacia tradicional e diplomacia pública é clara: a primeira trata de relacionamentos entre representantes dos estados, ou outros atores internacionais; enquanto a segunda mira o público geral em sociedades estrangeiras, bem como indivíduos, organizações e grupos não-oficiais mais específicos.

Em um mundo cada vez mais consciente da importância da preservação ambiental, a governança global vem exigindo novas formas de gerenciamento e visibilidade das políticas públicas relacionadas ao meio ambiente. A diplomacia ambiental surge como uma ferramenta fundamental para que os governos possam atuar de forma mais efetiva na gestão doméstica e nos acordos internacionais que visam proteger a natureza e o clima.

Nesse sentido, a qualidade da informação disponibilizada, o compromisso com a redução dos níveis de poluição e a proteção dos biomas naturais tornam-se fatores-chave. Portanto, o cultivo do relacionamento diplomático perpassa a construção de imagem e metas nacionais a iminência constante do conflito, ou das disputas, que buscam uma linguagem comum atrelada à prática de RPI, no tocante à construção de confiança entre partes (Snow, 2020; Szondi, 2009).

3. O PERCURSO DA DIPLOMACIA AMBIENTAL BRASILEIRA

No transcurso da sua trajetória, a pauta ambiental no Brasil sofreu altos e baixos, naturalmente vinculada ao posicionamento político dos governos anteriormente empossados. Nesta perspectiva, o presente capítulo lapida o percurso da diplomacia brasileira sobre assuntos verdes, sem esgotar a vasta relação de eventos históricos no passar das décadas.

Atendo-se aos principais acontecimentos que construíram a reputação e influência brasileira no cenário internacional, inicialmente apresenta-se a importância do meio ambiente enquanto *soft power* no Brasil (secção 3.1), seguindo-se para os compromissos internacionais firmados, como forma de ilustrar o escopo de exercício deste poder (secção 3.2.).

3.1. Importância do meio ambiente para o *soft power* brasileiro

O contexto conceitual apresentado converge para definirmos a importância das temáticas ambientais para o exercício do *soft power* brasileiro. Este vetor sutil de poder, enquanto ferramenta para o exercício das negociações internacionais pelos Estados, possibilita que a governança coletiva do meio ambiente receba a devida atenção e seja posta como pauta central para influenciar Estados para determinadas responsabilidades em acordos multilaterais ambientais.

Vimos que o *soft power* foi utilizado na esteira das décadas, como um aspecto marcante na arena de projeção internacional brasileira, principalmente considerando a carência de recursos substanciais de *hard power* (Daldegan; Souza, 2021). Por outro lado, a irrupção da pandemia desencadeou um impacto direto sobre a dinâmica da governança global. Sentido contrário à tradição da trajetória da diplomacia brasileira, a literatura tem alertado para a erosão do *soft power* em nações que lidam de maneira inadequada, trazendo à baila a experiência americana durante o governo de Donald Trump e sentido convergente do Estado Brasileiro (Lotten, 2020).

Os elementos históricos da Política Externa Brasileira (PEB), como a postura pacifista, o compromisso com o universalismo, a adesão ao multilateralismo, a busca por cooperação regional e a defesa dos interesses das nações em desenvolvimento, constituíram uma fonte substancial de *soft power* para o Brasil. Esses traços não apenas fortaleceram sua influência no cenário internacional, mas também conferiram ao país uma projeção externa mais significativa (Chatin, 2016; Bry, 2017). De acordo com o ranking “The Soft Power 30” (em

perspectiva comparada), contudo, o Brasil decaiu da 23ª para a 26ª colocação, entre os anos de 2015 e 2019. Outrossim, a principal fraqueza do impacto do poder brando do Brasil apresentada pelo relatório está na abordagem de Jair Bolsonaro como “Trump dos trópicos”, inserida no recorte temporal da pesquisa, portanto, o primeiro ano de governo daquele (2019). Neste sentido, a “sua rejeição pública à oferta de ajuda do G7 para combater incêndios florestais na Amazônia atraiu fortes críticas no cenário internacional” (The soft power 30 - Brazil, 2019).

Ao longo da história, a posição do Brasil foi no sentido de uma forte influência e liderança nas questões relacionadas à agenda ambiental, gerando credibilidade perante instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Não obstante a reputação brasileira nas negociações internacionais nos últimos anos, historicamente se firmou por meio de diferentes eventos internacionais a fim de promover a sustentabilidade e a conservação ambiental dentro do seu território nacional, ilustra-se pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92 ou ECO-92), a Cúpula da Terra de 2012, que antecedeu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Ainda, promoveu políticas ambientais de referência para conservação, implementação de políticas de combate ao desmatamento ilegal, extrativismos ilegais e o incentivo a práticas sustentáveis na região.

Os esforços empreendidos lapidaram a imagem e reputação do Brasil como um país engajado com a proteção dos ecossistemas naturais. Constata-se uma discrepância evidente: apesar de um leque legislativo com intenções protetivas, na prática, a situação é do aumento dos números de desmatamento, redução de propriedades indígenas, inércia aos compromissos firmados em Paris (bem como dos anteriores documentos climáticos ratificados), entre uma leva de extinção de espécies de fauna e flora, principalmente por conta das queimadas ilegais (Werneck; Angelo, 2021).

O posicionamento brasileiro nas conferências internacionais marcou o avanço da diplomacia brasileira. Com o ímpeto de “renovar as credenciais”, nas palavras de Gelson Fonseca Jr⁵, buscou-se um processo transformador da diplomacia brasileira momento posterior ao período ditatorial. Ainda que com uma narrativa divergente, o movimento trouxe uma próspera abertura do país em relação aos assuntos ambientais, expandindo e solidificando

⁵ Gelson Fonseca Jr. foi diplomata de carreira entre 1968 e 2016. Representante Permanente junto às Nações Unidas em Nova York (1999-2003), Embaixador no Chile (2003-2006) e Cônsul-Geral em Madrid (2006-2009) e no Porto (2012-2016). Desempenhou várias funções no Brasil, na Presidência da República e na Secretaria de Estado, onde sua mais recente posição foi a de Inspetor-Geral do Serviço Exterior. Disponível em: <https://www.cebri.org/br/especialista/31/gelson-fonseca-junior>.

sua legitimidade. Em razão desta transição política, os governos brasileiros anteriores adotaram uma posição defensiva. A lógica militar de proteção nacional e desenvolvimentista, foram pautas apresentadas que estruturaram as propostas alinhadas ao crescimento da indústria brasileira, visando o desemprego do rótulo de país de terceiro mundo (França, 2010).

Há que se pontuar sobre as diferentes faces do discurso diplomático brasileiro nos fóruns multilaterais das Nações Unidas no contexto ambiental, desde a década de 70 até o período contemporâneo. Conquanto a divergência de uma retórica pautada na defesa da soberania nacional e seu receio sobre a intervenção na forma com que o Estado usava os recursos naturais estabelecidos no território brasileiro quando da reunião de Estocolmo em 1972 (Viola, 2022). Posteriormente, após os eventos subsequentes ao encontro de Joanesburgo em 2002, o discurso evoluiu para uma postura mais globalizada e participativa (França, 2010). Entretanto, houve uma mudança abrupta no posicionamento em 2018, com Jair Bolsonaro, adotando uma abordagem negacionista e novamente fundado na soberania nacional.

Em 1972, o livro *The Limits to Growth* apresentou um “contexto de pessimismo quase apocalíptico” decorrente de um movimento ecológico que interpretava o desenvolvimento dos países pobres como uma ameaça para o planeta, criando-se também um ambiente de inquietas desconfianças. Ainda à época, o país vivia sob um regime autoritário militar e figurava no polo sul como país em desenvolvimento, caracterizado pelo crescimento econômico e legitimando a ditadura pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Este momento denominado “milagre brasileiro” foi durante o governo de Emílio Médici e representou proporcionalmente o avanço no desenvolvimentismo (fundado no extrativismo e *commodities*) à maior repressão política (França, 2010, p. 5). A posição estabelecida pela chancelaria brasileira à época denominava-se “diplomacia do interesse nacional”, com a finalidade de conciliar e fortalecer o projeto de Brasil potência. A estratégia militar buscava dissociar o estado brasileiro do rótulo de país de terceiro mundo.

A delegação brasileira presente na Convenção, apesar de defender os seus interesses nacionais sobre uso dos recursos naturais, apresentou uma retórica reivindicatória. Segundo França (2010, p. 8), uma “articulação defensiva de países periféricos instrumentalizada pelo Brasil em nome da defesa do direito ao desenvolvimento”. Neste sentido esclarece a Embaixadora Vera Pedrosa (*apud* Corea do Lago, 2007, p. 120), que a Delegação brasileira trabalhou “no sentido de reorientar os trabalhos preparatórios da Conferência, ampliando o escopo inicialmente previsto, de forma a que se incluísse o tema do desenvolvimento como elemento positivo de solução de problemas ambientais”.

Sob a égide da soberania absoluta, na mesma medida que o Brasil foi atacado pelos países desenvolvidos e visou defender seus argumentos polêmicos, o Ministério das Relações Exteriores não deixou passar a sua intenção em resguardar primeiro o seu desenvolvimento, depois “pagar a conta dos danos ambientais, tal como haviam feito os países ricos” (Duarte, 2003, p. 17).

Na perspectiva da chancelaria brasileira, o “coro ambientalista” dos países desenvolvidos, nada mais era do que a manutenção da hegemonia do norte global que por meio de mecanismos internacionais destinados a limitar a individualidade dos Estados e denunciando “a tentativa de subordinar a soberania aos interesses dos Estados desenvolvidos” (Duarte, 2003, apud França, 2010, p. 17-18). Isto é, ainda que por caminhos diversos, o Brasil neste momento inicial foi fator decisivo para explicitar as divergências que opunham perante assuntos ambientais, em Estocolmo, Norte e Sul.

Se até o momento a diplomacia do interesse nacional gerou tensões nas negociações e discursos combativos, foi na década seguinte a partir da redemocratização que o país exerceria uma atuação diversa àquela em Estocolmo. O que discutia-se nesse período não era tão somente a poluição, mas as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade (França, 2010). Assim, com o primeiro governo civil⁶, a intenção do Itamaraty era de superar a desconfiança dos anos de preeminência militar valendo-se de discursos pautados na política regional e multilateral.

Em 1987, a presidência do Governo Brasileiro estava em posse de José Sarney, que viria a sustentar princípios e objetivos de ação voltados a melhorar a imagem externa brasileira. O meio ambiente foi um dos pilares para uma nova estratégia de promoção da política externa, almejando-se uma nova identidade diplomática brasileira em meio à crescente pressão.

Apresentada a candidatura brasileira para o país sediar a Conferência de 1992, pelo Embaixador Paulo Nogueira Batista - Representante Permanente junto às Nações Unidas - , iniciava-se o movimento diplomático para reverter a imagem fragilizada em razão da necessidade de resguardar a proteção da Amazônia e abandonar os subsídios para a agropecuária extensiva na região. Bem como, instituir previsões legais para o uso do mercúrio nos garimpos, adoção de mecanismos mais eficazes de controle de exploração madeireira e outros processos extrativistas.

Conforme alude França (2010, p. 14), “partia do Ministério das Relações Exteriores a ideia de sediar a Conferência, como forma de reverter a preocupante deterioração da

⁶ Também conhecido como a Nova República, com marco inicial em 1985 (Ferreira, 2018).

reputação do país, apesar dos esforços empreendidos em seu processo de redemocratização”. Como estratégias diplomáticas seguintes, criou-se o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Desta forma, ainda que com a pressão internacional decorrente do assassinato de Chico Mendes no Acre, novas medidas foram empregadas para priorizar a pauta ambiental (Vancim, 2021).

Destarte, já durante a presidência de Fernando Collor de Mello, o indicado Chanceler, Francisco Rezek, pronunciava que:

não pretendemos, e isso deve ficar muito claro, fugir das responsabilidades que nos cabem no tocante à manutenção do equilíbrio ambiental planetário. Estamos dispostos, para essa finalidade, a trabalhar intensamente com os países de todas as outras regiões em busca de soluções para os grandes problemas que afetam o meio ambiente global. (Corrêa do Lago, 2007, p. 157-158)

Baseado nesta posição, o discurso brasileiro no púlpito internacional transformou-se. A construção de uma retórica defensiva e limitada à “tônica soberanista” é deixada de lado e passa a revelar uma “dupla ótica” caracterizada pela incorporação de estratégias por meio da cooperação. A fim de ilustrar o movimento aludido, Seixas Corrêa nos apresenta a perspectiva de um discurso anterior à Collor, de José Sarney na abertura da XLIV Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, com cunho afirmativo e solidário:

Duas grandes questões devem igualmente ser objeto de nossa preocupação prioritária: a proteção ambiental e o combate ao tráfico e uso de drogas. Estes temas estarão cada vez mais presentes em nossa agenda. O primeiro é o da sobrevivência da humanidade, a morte da vida no planeta. (Seixas Corrêa, 2007, p. 510)

Retratado como o maior evento organizado pelas Nações Unidas na década, o saldo foi positivo, o que possibilitou alinhar sua postura com a opinião pública sobre as questões ambientais. Em especial, sua participação como anfitrião da Rio 92 “logrou plenamente as expectativas e os objetivos, consagrando-o como marco das relações multilaterais e êxito diplomático” (França, 2010, p. 8). Portanto, o movimento exponencial da presença de liderança brasileira no cenário influenciou na forma com que o mundo olhava para a participação brasileira e sua política ambiental interna, visto que tal “repercussão extraordinariamente positiva no âmbito externo oferecia ao país a possibilidade de exercer uma política externa pragmática voltada para ganhos concretos” (Duarte, 2003, p. 53), em um contexto de recessão econômica mundial e resultados desanimadores que as outras conferências haviam apresentado.

Com a gradual construção de imagem, a diplomacia brasileira logrou êxito em centralizar na pauta das negociações climáticas e ambientais o conceito de desenvolvimento sustentável a partir de uma ótima socioambiental. Assim, ao navegarmos pelo percurso da diplomacia ambiental brasileira, podemos compreender o movimento pendular das estratégias diplomáticas nos principais eventos históricos. Ou seja, evidenciando a importância da gestão ambiental na governança brasileira e o desenvolvimento de uma forma de poder a fim de se posicionar perante as demais forças políticas.

Foto 1 - Eco 92



Fonte: O Globo, 2012

Em meio às denúncias de corrupção do Governo Collor, a Cúpula da Terra de 92 foi um marco importante para o desenvolvimento das negociações internacionais climáticas e de preservação da natureza, assim como para a imagem da chancelaria brasileira. gesto similar visando melhorar a desastrosa execução do governo de Jair Bolsonaro. Com o passar dos anos, as Conferências das Partes evoluíram nos seus objetivos, ainda que de forma não linear - entre avanços e retrocessos, as negociações ainda não apresentavam uma perspectiva de cooperação mútua das nações (Duarte, 2003).

Já em 2007, ainda sob o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, aconteceu a COP-13. Neste momento, a presença diplomática ambiental brasileira nos diversos eventos paralelos à

alta cúpula de negociação da conferência, “anunciou a criação do que seria o Fundo Amazônia”. Mecanismo desenvolvido para angariar apoio financeiro dos países europeus para o fomento de políticas e fiscalizações da floresta. Após a grande conquista em Paris em 2015 durante a COP-21, as metas sinalizadas pelo Governo de Dilma Rousseff foram de certa forma bem recebidas pelos atores internacionais (Laclima, 2021).

Em uma intensa troca de cadeiras no cenário internacional, isto é, com Donald Trump à frente da presidência dos Estados Unidos, a China e a União Européia foram convocados a assumir a liderança para o avanço das negociações. Ainda que a COP de Fiji-Bonn não tenha promovido avanços significativos, um importante movimento diplomático brasileiro foi realizado. Em 2018, o Ministério do Meio Ambiente estava sob a responsabilidade de Sarney Filho e o mesmo no penúltimo dia de conferência, em seu discurso no chamado segmento de alto nível, ofereceu que o Brasil fosse a sede da COP de 2019. Contudo, com a ascensão de Bolsonaro ao poder da república em 2019, a oferta foi retirada (Laclima, 2021).

Ainda que não tenha organizado a conferência, a delegação brasileira foi o centro das atenções em Madrid. Segundo Laclima (2021), a delegação brasileira, chefiada pelo então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, pela primeira vez desempenhou um papel de vilão ao lado da Arabia Saudita e da Austrália. Ricardo Salles buscou atravancar o progresso da conferência, ao tentar chantagear países ricos a pagar o Brasil por uma proteção inexistente da Amazônia, objeto principal de proteção sob a tutela do território brasileiro.

Ademais, em comunhão de esforços com a delegação saudita e australiana, a retórica diplomática brasileira visou bloquear desde o artigo 6 até menções a oceanos e direitos humanos, fazendo com que a COP-26 que fora realizada em Katowice, seja considerada uma das conferências mais longas da história. Ou seja, tal posição colocou em fragilidade e cheque a presença brasileira na conferência, recebendo a alcunha de "Fóssil do Ano" das Organizações Não Governamentais (Laclima, 2021).

Em um novo contexto político marcado pela Pandemia de COVID-19, a COP-26 foi adiada para o ano de 2021 e neste novo entrelaçar de perspectivas, o Brasil se encontrava sem o apoio da política negacionista climática de Donald Trump. Jair Bolsonaro restou demasiadamente pressionado e isolado. Ao passo que outras potências globais pressionaram por “ações mais efetivas contra queimadas e desmatamento dos biomas brasileiros, utilizando negociações comerciais como instrumento de pressão, como execução do acordo entre União Europeia e Mercosul” (Laclima, 2021, p. 35), bem como a adesão do Brasil à OCDE .

O desenvolvimento dos discursos e posições políticas ao longo da participação das delegações brasileiras em negociações para a proteção do clima e do meio ambiente pode ser

entendido, como anteriormente referido, como um movimento pendular diplomático. Isto é, o percurso da influência brasileira conforme podemos observar sofreu altos e baixos, maculando um processo pela construção sólida de uma imagem institucional governamental de um país responsável e compromissado com as metas climáticas e de proteção da Amazônia, assim como uma economia baseada no desenvolvimento sustentável. O passar das décadas nos apresenta um Brasil que sempre pautou a demanda ambiental em sua política externa, contudo, atualmente o movimento mostra-se para retomar o prestígio ofuscado.

3.2. Os compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito ambiental.

O movimento pendular das estratégias diplomáticas nas negociações internacionais sobre clima e meio ambiente consolida a busca por uma melhor reputação brasileira no cenário internacional. Portanto, neste momento, nos cabe compreender como a presença do Brasil nestas negociações resultou em compromissos ambientais e climáticos de grande influência.

Destaca-se que o Brasil obteve um papel protagonista nos debates internacionais sobre o desenvolvimento sustentável e avanços na agenda climática, muito disso está na sua referência na América Latina e peso diplomático no momento de assumir compromissos. Contudo, esta trajetória pela construção de uma forte diplomacia e uma sólida imagem externa foi, de certa forma minada, a partir da ascensão de Jair Bolsonaro ao poder.

3.3. Acordo de Paris (2015)

Firmado na capital francesa no ano de 2015, o Acordo de Paris inaugurou a terceira fase do desenvolvimento de tratados multilaterais climáticos (Bodansky, 2016). Isto é, o Acordo de Paris foi aclamado como histórico para a diplomacia global, sendo uma conquista para a comunhão de esforços em prol da cooperação internacional e para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

O objetivo do acordo é estabelecer metas de redução de emissões de gases de efeito estufa (mitigação), de adaptação aos efeitos do aquecimento global e diferentes formas de financiamento para meios de implementação destas metas. Caracterizado como um tratado internacional que demanda ratificação para ser adotado como lei doméstica, conta atualmente com 194 países membros. Em que pese sua natureza não punitiva por vias legais nas hipóteses de não cumprimento dos compromissos firmados, ele possui uma força como “nivelador de

campo de jogo nas relações comerciais entre os países, por exemplo - em que nações relapsas podem sofrer barreiras tarifárias para seus produtos” (Laclima, 2021, p. 14).

Foto 2 - Dilma Rousseff na Convenção de Mudança do Clima



Fonte: Agência Brasil, 2015.

No tocante aos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro durante o Governo de Dilma Rousseff, Laclima (2021) afirma que as metas nacionais determinadas apresentadas versavam sobre o compromisso brasileiro de reduzir suas emissões em 37% até 2025, com uma contribuição adicional de redução condicionada de até 43% até 2025. Pontua-se que a NDC (Meta Nacional Determinada) deve ser revista a cada ano, com alterações mais ambiciosas. Além disso, houve um esforço exposto para reduzir o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030 e a restauração de 12 milhões de hectares de floresta.

Durante o governo de Jair Bolsonaro, a posição adotada foi de ceticismo e negacionismo em relação às mudanças climáticas. Doravante à perda de credibilidade do Estado Brasileiro, questionou-se a eficácia das metas climáticas que já haviam se comprometido, tendo em vista a retórica negacionista em relação às mudanças climáticas, com declarações que minimizam sua importância e rejeitaram ações imediatas. Ao cabo, culminando na construção de um discurso anti-ambientalista.

3.4. Protocolo de Cartagena (2003)

O Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança é um acordo internacional que trata da segurança na manipulação, transporte e uso de organismos geneticamente modificados (OVM) que integra a Convenção sobre Diversidade Biológica. Signatário desde novembro de 2003, o Brasil assumiu compromissos vinculados à segurança ambiental e à proteção da saúde humana.

Estabelecido durante as negociações da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) tornou-se um marco internacional no campo ambiental. Considerada como o principal fórum relacionado a esse tema, sua abordagem destaca-se pela centralidade dos objetivos de desenvolvimento sustentável ao invés do antigo paradigma da preservação. Outrossim, reconhece o direito soberano dos países sobre seus recursos biológicos (Rosário *et al.*, 2022), construindo conectores práticos na atuação da governança ambiental dos países signatários em conjunto ao Protocolo de Nagoya e ao Tratado Internacional de Recursos Genéticos Vegetais para Alimentação e Agricultura - TIRFAA.

Enquanto detentor da maior cobertura florestal tropical do mundo e com exuberante diversidade biológica do planeta, o Brasil teve fundamental participação na estrutura e construção do Protocolo de Cartagena, adquirindo protagonismo ao organizar mais de 30 reuniões regionais da Convenção sobre Diversidade Biológica. Portanto, a prática institucional quanto à biodiversidade se desenvolveu de maneira a influenciar outros países a se comprometer com o documento internacional.

Outrossim, em razão destes ativos, a biodiversidade passou a ocupar um lugar importante como recurso estratégico para o país, de acordo com relatórios da FAO e UNEP (2022). Outra um personagem importante neste capítulo para o desenvolvimento da segurança da biodiversidade nacional, principalmente no fomento à pesquisa científica por meio de projetos como Biota da Fapesp, SISBIOTA Brasil e Mar, Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), entre outros, atualmente tem encarado o uso dos recursos naturais como « um obstáculo para o crescimento econômico ».

No estudo realizado por Rosário *et al.* (2022) de análise dos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do Protocolo de Cartagena, em convergência à posição apresentada por Kessler (2015), é possível observar que existe uma vasta regulamentação nacional sobre os distintos temas presentes nos artigos do Protocolo de Cartagena, contudo, carece de projetos relacionados à biotecnologia, biossegurança e biodiversidade. Ainda que o Brasil tenha

desempenhado esforços diplomáticos para se colocar à frente desta pauta, é reconhecido por Oliveira (2009) que nosso sistema de biotecnologia e biossegurança possui falhas por falta de políticas governamentais para assegurar um sistema eficaz.

3.5. Protocolo de Nagoya (2010)

Outro importante compromisso internacional vinculado às políticas ambientais internas é o Protocolo de Nagoya sobre o Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios derivados de sua utilização. Em comunhão de esforços de 132 países, o documento foi firmado durante a COP-10 da Convenção de Diversidade Biológica (CDB), demandando um acordo entre os povos e comunidades tradicionais pelo uso do seu conhecimento na geração de produtos fármacos, alimentícios, entre outros, principalmente quando a relação deste polo envolve empresas que desejam desenvolver esses tipos de produtos⁷.

Uma das características que diverge deste acordo multilateral internacional do Protocolo de Cartagena é seu escopo que baseia-se nas denominadas Metas de Aichi. Estruturado por 20 metas descritas no Plano Estratégico de Biodiversidade para exercício no período de 2011 a 2020, detalhando assim medidas urgentes para parar a intensa prática extrativista e conseqüente perda da biodiversidade. O Brasil, portanto, comprometeu-se a seguir cinco objetivos estratégicos: (a) tratar as verdadeiras causas da perda de biodiversidade internalizando o tema “biodiversidade” em todo o governo e sociedade; (b) reduzir as pressões diretas sobre biodiversidade e promover utilização sustentável; (c) melhorar a situação (status) da biodiversidade, protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética; (d) ressaltar os benefícios da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos a todos; (e) aprimorar, ampliar a implementação por meio do planejamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação (CONABIO, 2013).

3.6. TIRFAA - Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura (2001)

O terceiro documento internacional de interesse para enquadrar o Brasil como ator internacional de importância nos acordos internacionais relacionados ao meio ambiente denomina-se Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e a

⁷ O Protocolo de Nagoya foi incorporado à legislação doméstica em 2015, por meio da Lei Federal 13.123.

Agricultura, também conhecido pela sigla TIRFAA. O comprometimento e empenho do Estado Brasileiro também foi objeto de estudos e sua apresentação neste tópico se mostra importante sob a perspectiva de criação de instrumentos de transparência para o esclarecimento da sociedade civil e melhoramento de políticas públicas ambientais.

Desenvolvido em 2004, o acordo também nasceu no seio da Convenção de Diversidade Biológica (CDB). Seu propósito reside no foco da conservação e uso consciente dos recursos fitogenéticos na alimentação e agricultura, e ainda a partilha equitativa dos benefícios derivados do seu uso. Cabe ressaltar que também é escopo do Tratado matérias vinculadas à assistência técnica, aos direitos dos agricultores, ao plano de ação mundial e ao compartilhamento dentro da comunidade científica internacional de pesquisas sobre recursos fitogenéticos. Ora, como sinalizado nos tópicos anteriores, estes documentos necessitam da presença diplomática e efetiva atuação brasileira pois o território abarca demasiada riqueza consistente em diversidade biológica e comunica-se diretamente às questões do agronegócio, um dos principais mercados econômicos do Brasil (Rosário *et al.*, 2022).

Contudo, em razão das posturas do governo passado, remarca-se preocupante a perda de protagonismo da agenda ambiental nacional nos últimos anos, uma vez que o descumprimento de tratados internacionais, como o TIRFAA, pode acarretar para o país a perda de parceiros comerciais - o que já foi visto no congelamento do Acordo Mercosul-EU. Assim é, tal documento vincula a chancelaria brasileira à questões brutas econômicas como agricultura e recursos ligados à alimentação, tendo que mostrar ao palco internacional seu comprometimento efetivo na prática.

3.7. CITES - Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies Silvestres Ameaçadas de Extinção (1973)

Por fim, a Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES) celebrada em Washington, nos Estados Unidos em 1973, teve sua integração no ordenamento jurídico brasileiro em 1975, por meio do Decreto Legislativo nº 54 e Decreto Presidencial de 17 de novembro de 1975. Seu objeto não poderia ser mais claro, isto é, regulamentar o comércio internacional sobre o objeto mencionado. Em razão da CITES ter sido um dos resultados da Conferência de Estocolmo de 1972, foi uma das primeiras respostas ao problema jurídico internacional da relação da humanidade com a biodiversidade, evitando-se o aumento do número de espécies ameaçadas de extinção por meio de regras objetivas para o comércio da biodiversidade com regramento especial para as

diferentes classificações de espécies ameaçadas. Ou seja, seu foco era a conservação das espécies e proteção animal, mas também buscava regulamentar o comércio de animais, plantas e outros organismos silvestres.

Reconhecendo o território brasileiro como um local de abundância na diversidade silvestre, sua posição é de suma importância para o combate ao tráfico internacional de espécies da fauna e flora silvestre.

Portanto, considerando que a maior parte do tráfico de biodiversidade que, de certa forma, está relacionado com a falta de criatórios autorizados de animais e plantas, envolve espécies ameaçadas de extinção. Ainda que o IBAMA seja o órgão regulador com competência para o exercício da proteção da biodiversidade, sua atuação foi cortada durante o último governo. Outrossim, o Brasil é um dos países que mais fornecem animais, plantas e outros organismos para esse tipo de ilícito transnacional. Em que pese as inúmeras leis ambientais promovidas no âmbito legislativo brasileiro, sua atuação enquanto ator ativo perante as autoridades internacionais neste terceiro maior mercado ilegal mundial ainda é falha e pode ser considerada como uma série de abrandamentos, não levando a punições necessárias e fiscalização séria.

Ao cabo, segundo Rosário *et al.* (2022), a aplicação prática dos critérios trazidos pela CITES depende de uma boa relação da diplomacia nacional com os demais membros aderentes da convenção. Isto porque o comprometimento com o controle de entrada e saída destas espécies pelos organismos e fiscalização é de suma responsabilidade para a própria segurança nacional.

4. POLÍTICA AMBIENTAL DO GOVERNO BOLSONARO

Em 2018, mudanças substanciais na política ambiental brasileira ocorreram de forma abrupta em razão da ascensão de Jair Bolsonaro ao poder. Com notório conhecimento público, a escalada de uma nova elite política que trouxe um discurso de negação da relevância da política ambiental, alinhada a eventos calamitosos que ocorreram no Brasil no seguinte ano, levaram a uma compreensão externa da reverberação do posicionamento de Bolsonaro nas altas cúpulas internacionais.

A orientação política apresentada pelo programa de governo do aspirante à presidência, pautava-se em uma PEB agressiva e conservadora, transformando substancialmente este vetor do *soft power* ambiental, segundo Daldegan e Souza (2021, p. 216), em três características. Na visão dos autores, Bolsonaro tomou como norte de sua campanha política a:

[...] (i) fragmentação quanto ao processo de formação PEB; (ii) alinhamento aos EUA de Donald Trump; (iii) críticas ao globalismo que seria instrumentalizado na ação dos organismos multilaterais; (iv) abandono da atitude proativa e de liderança em temas como da defesa do meio ambiente e dos direitos humanos [...]

De certa forma, o alinhamento à política americana de Donald Trump influenciou diretamente na forma com que os assuntos ambientais e climáticos foram abordados. Dificultando, assim, o exercício do acumulado histórico da PEB. Unidos no silêncio sobre o clima, Bolsonaro sinalizou a Washington uma admiração pela retórica negacionista sobre o clima e em meios à demasiados elogios, alinou-se à uma governança que colocou em xeque, na sua essência, direito internacional, o multilateralismo, a proteção ambiental, a tortura e dos direitos humanos (Kenberry, 2017), aspectos intrínsecos da projeção de *soft power* pelo Brasil.

Nesta esteira, a aproximação com o governo americano sob o mandato de Bolsonaro afetou a crítica ao globalismo e a postura ambiental do Brasil. O comportamento negacionista nas negociações climáticas em 2018, inflado por Bolsonaro, que ameaçava retirar o Brasil do Acordo de Paris, resultou no esfacelamento das tratativas do Acordo Mercosul-UE e na desistência de sediar a COP-25.

Ainda, o contexto de danos ambientais decorrentes dos incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal durante 2019 e 2020, minando o *soft power* do país (Aroeira; Unterstell,

2020). A política anti-ambientalista de Bolsonaro transformou a imagem do país na qualidade de *agenda-setter* e propositor de acordos internacionais, em um pária e ilustra, de forma clara, a perda de *soft power* pelo Brasil quanto a resistência crescente da Europa contra o acordo de livre-comércio Mercosul-União Europeia, além do desmatamento da Amazônia (Busch, 2020).

Outrossim, um dos mecanismos da diplomacia ambiental como vetor de *soft power* está no sucesso em se projetar como um país que tem potencial ambiental e para tanto, motiva nações desenvolvidas e ricas a investirem seus fundos em projetos ambientais. Um exemplo desta comunicação de duas vias, foi a criação do Fundo Amazônia em 2008 e tem como maiores financiadores a Alemanha e Noruega, o qual em razão dos pronunciamentos de Bolsonaro e da gestão doméstica, estava paralisado desde 2019. A postura da Alemanha e Noruega, por sinal, emergiu em resposta às propostas que foram pauta da reunião a portas fechadas do governo Bolsonaro, o que acabou desencadeando pressões no exterior contra produtos brasileiros que seriam provenientes de desmatamento (Daldegan; Souza, 2021; Hunter; Power, 2019).

Neste contexto, a promoção de pautas verdes como um meio de projeção de influência na política internacional, vinculando-a à participação ativa na tomada de decisões em matéria ambiental, exige uma retórica que harmonize não somente as políticas domésticas, mas também com os compromissos estabelecidos no plano global. Isto é, a postura de Bolsonaro em relação a questões ambientais, mais especificamente nas discussões climáticas, se manifestou perante as nações durante a Assembleia Geral da ONU e, de uma perspectiva distinta, nas Conferências das Partes do Acordo de Paris, refletindo nas demandas globais de avanço nas metas assumidas perante acordos internacionais e sociedade (Daldegan; Souza, 2021).

Para compreender a posição em matéria ambiental e cobrança dos atores internacionais ao governo de Jair Bolsonaro, selecionou-se quatro discursos proferidos pelo ex-presidente brasileiro na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas. Inicialmente, apresenta-se na seção 4.1., a posição de Bolsonaro perante os 193 países membros da AGNU e como o ex-presidente se direcionou ao longo do seu governo nestes quatro anos de mandato. Após, na seção 4.2., com o intuito de apresentar como àquele abordou as matérias ambientais durante seus discursos, destrinchando cada participação na Assembleia Geral dos anos 2019 (4.2.1), 2020 (4.2.2), 2021 (4.2.3) e 2021 (4.2.4).

4.1. A posição de Bolsonaro em assuntos ambientais na Assembleia Geral das Nações Unidas

O isolamento político brasileiro nos *backstages* das negociações climáticas e ambientais nas altas cúpulas da ONU é um dos fatores do enfraquecimento da posição de importância nas pautas verdes e o uso da Amazônia e demais recursos naturais como *soft power* no exercício da diplomacia ambiental de Bolsonaro.

Ainda que evidente em razão das incongruências do executivo brasileiro na promoção das suas responsabilidades enquanto Estado protetor dos biomas naturais, a posição do ex-presidente entre os anos de 2019 e 2022 durante os discursos de abertura da Assembleia Geral escrutinaram a ideologia negacionista e muito em razão da pandemia de COVID-19, um desapareço pelas condições mínimas de proteção dos direitos humanos e recursos naturais.

Isto é dizer, à luz da diplomacia ambiental como uma fonte de *soft power*, quando um país utiliza suas políticas, ações e lideranças em questões ambientais para promover sua imagem e influência internacionalmente, a análise dos discursos de Jair Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU demonstra um uso errôneo desta estratégia de governança. Como abordado no capítulo inicial, o conceito de *soft power* cunhado pelo acadêmico Joseph Nye, refere-se à capacidade de um país de atrair e persuadir por meio de sua cultura (concebendo-se que haja uma cultura da preservação ambiental e determinação nacional para a efetiva proteção dos recursos naturais), mas também de valores, políticos e ideais, em vez de recorrentes apenas ao poder econômico.

Neste contexto, a diplomacia ambiental como *soft power* envolve o uso da liderança e das ações em prol do meio ambiente para fortalecer a reputação de um país, conquistar a confiança dos seus pares e exercer influência no cenário internacional.

Ao projetar-se como uma nação defensora do meio ambiente, o governante que está a sua frente do país comumente conquista o apoio e cooperação de outros Estados, além de respeito por parte dos líderes em questões globais urgentes. Portanto, a ONU e, porventura, as demais Convenções das Partes do Acordo de Paris, são os palcos escolhidos para análise dos discursos de Bolsonaro, visto que a deterioração da reputação de Bolsonaro se deu em maioria pelas suas falas, ao adotar uma linha antagônica às preocupações ambientais vigentes nas Nações Unidas.

4.2. O tema meio ambiente nos discursos de Bolsonaro na ONU

A peculiar tradição das Nações Unidas, que remonta à década de 1940, têm gênese na segunda sessão da Assembleia Geral da ONU em 1947, quando o diplomata Oswaldo Aranha (chefe da delegação do Brasil na missão permanente em Nova York) se ofereceu para realizar o discurso de abertura (Garcia, 2011).

Por sua vez, não se encontra em nenhum documento da ONU tal previsão, sendo uma histórica tradição diplomática em que o orador de abertura da Assembléia Geral (AGNU) sempre será brasileiro. Por tal motivo, Bolsonaro direcionou-se ao púlpito das Nações Unidas e como tradição, apresentou a imagem brasileira através de uma retórica contestada (Marshall, 2019). Em razão da temática desta pesquisa, nos subcapítulos seguintes, tecemos considerações sobre o teor dos discursos proferidos por Bolsonaro em assuntos ambientais.

4.2.1. Discurso na 74º Assembleia Geral das Nações Unidas

A Política Externa Brasileira (PEB), no primeiro ano de governo de Bolsonaro, vivenciou uma série de catástrofes ambientais e levantou os holofotes da imagem internacional do Brasil, sobretudo após o dia 24 de setembro do ano de 2019, quando o ex-presidente foi recebido na cúpula das Nações Unidas para, tradicionalmente, realizar o discurso de abertura da 74º da Assembleia Geral.

Foto 3 - Bolsonaro na 74º Assembleia Geral da ONU



Fonte: Estadão, 2019.

A retórica de desvalorização da proteção ambiental e da ciência surgia como um exemplo do enfraquecimento de *soft power* em assuntos ambientais no tabuleiro de xadrez das relações internacionais. Cunhado com deboche e minimizando a importância dos compromissos ambientais assumidos, instituiu-se ao ex-mandatário do Brasil a alcunha de negacionista climático (Žižek, 2019).

A cólera de Bolsonaro ao proferir seu discurso mostrava com que ímpeto teria ido à sede das Nações Unidas. Sua abordagem não foi uma novidade, tendo em vista os pronunciamentos anteriores à sua candidatura sobre a retirada do país do Acordo de Paris. Pautada na proteção à soberania do Estado quanto à sua capacidade de governança dos recursos naturais, sua primeira manifestação foi em tom defensivo e expressou indignação aos “ataques sensacionalistas” por parte da mídia internacional ao “compromisso solene” de proteção da biodiversidade brasileira. Outrossim, ao pronunciar que “a Amazônia é maior que toda a Europa Ocidental e permanece praticamente intocada (...) prova que somos um dos países que mais protegem o meio ambiente”, Bolsonaro ditou o gradativo declínio do uso promissor de instrumentos de PEB aplicados à comunicação pública: a diplomacia ambiental brasileira (DAB) como *soft power*. As inverdades presentes na retórica de Bolsonaro também versaram sobre os focos de incêndios na Amazônia, indicando que eram “praticadas por índios e populações locais, como parte de suas respectivas culturas e forma de sobrevivência” (Ministério das Relações Exteriores, 2019).

A postura no tocante à ecologia foi observada na retórica de Bolsonaro, o que gerou tensões com outras nações tendo em vista a tendência extrativista e cética às mudanças climáticas, e o alinhamento irrestrito à controversa política externa empreendida pelo então presidente estadunidense Donald Trump.

4.2.2. Discurso na 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas

O ano de 2020 deixou uma marca sem precedentes na história da humanidade. O mundo foi assolado por uma pandemia global de grandes proporções ocasionada pela COVID-19. Em face de um contexto trágico e de tamanha tristeza, “nos reduzimos a um papel puramente passivo de observador impotente que só pode assistir imponentemente o desenrolar de seu destino” (Žižek, 2019, s.p.). Neste contexto, foi dessa maneira que Jair Bolsonaro novamente se manifestou perante as autoridades internacionais.

O tom do discurso proferido por Bolsonaro neste ano foi com a intenção de conciliar a crise sanitária e humanitária aos desafios ambientais, trazendo à tona a necessidade de se recolocar no globo. As nuances e as contradições presentes no discurso da 75ª Assembleia Geral, evidenciaram as mencionadas contradições pela mídia internacional em sua fala. Outrossim, o tom humorístico foi usado como recurso, criando-se uma justaposição de elementos que ao mesmo tempo se anulam, se sustentam, exemplificando o paradoxo da retórica cínica (Chagas, 2023). Marcando-se, assim, um discurso extravagante sobre a destruição ambiental, mas que para o externo, retratou a irônica salvaguarda da natureza.

Foto 4 - Bolsonaro na 75ª Assembleia Geral da ONU



Fonte: Estadão, 2019.

Neste diapasão, o ex-presidente iniciou o discurso comentando sobre a Amazônia e o Pantanal, convergindo para uma perspectiva de defesa das riquezas naturais e a importância econômica da floresta - bens tangíveis, segundo Nye (2004). No púlpito, Bolsonaro destacou que o Brasil possui a « matriz energética mais limpa e diversificada do mundo », além de ser « responsável por apenas 3% das emissões globais de carbono. Outrossim, ressaltou que “o país preserva 66% de sua vegetação nativa, utilizando apenas 27% do território para a pecuária e agricultura, números que nenhum outro país possui”. Ademais, mencionou que o Brasil é “vítima de uma campanha de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal,

conduzida por interesses escusos ». Seu argumento indicou que « instituições internacionais apoiam essa campanha, justamente com associações brasileiras que visam prejudicar o governo e o país” (Brasil, 2023, s.p).

Ainda, atribuiu às queimadas “prática do caboclo e do índio, queimando roçados em áreas já desmatadas para sobrevivência”. Bem como, que “os focos criminosos são combatidos com rigor e determinação”, reforçando a sua “política de tolerância zero contra o crime ambiental” (Brasil, 2023, s.p). A postura defensiva adotada diante as críticas internacionais reflete a fragilidade do seu discurso, instrumentalizado pela desinformação e com efeitos nefastos à imagem do Brasil perante a comunidade internacional.

4.2.3. Discurso na 76° Assembleia Geral das Nações Unidas

Marcado pela posição contrária a uma política regional pacífica e voltada para a cooperação, a escolha de Ernesto Araújo como Ministro das Relações Exteriores já surtia efeitos no âmbito internacional e a de Ricardo Salles como Ministro do Meio Ambiente, influenciava de forma decisiva a liderança brasileira na 76° Assembleia Geral da ONU, em Nova York no ano de 2021 (Saraiva; Silva, 2020).

Foto 5 - Bolsonaro na 76° Assembleia Geral da ONU



Fonte: CNN Brasil, 2021

O compasso alargava para o discurso de abertura daquele ano e as expectativas estavam no tom que Jair Bolsonaro colocaria após as intempéries relacionadas ao meio ambiente e a sua atuação frente à COVID-19. Nada diverso do que os anteriores, em 2021 os representantes de Estado escutaram a proliferação de desinformação habitual de Bolsonaro. Comparado aos discursos de 2019 e 2020, o ex-presidente teceu maiores considerações sobre suas ações frente às demandas ambientais e pressão internacional.

Neste horizonte, o ex-presidente buscou mostrar um Brasil diferente daquilo publicado em jornais ou visto em televisões. Isto é, apresentou, segundo autores, uma determinada realidade do país, ao proferir as seguintes palavras:

[...] Nenhum país do mundo possui uma legislação ambiental tão completa. Nosso Código Florestal deve servir de exemplo para os outros países. O Brasil é um país com dimensões continentais, com grandes desafios ambientais. São 8,5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 66% são vegetação nativa, a mesma desde o seu descobrimento, em 1500. Somente no bioma amazônico, 84% da floresta está intacta, abrigando a maior biodiversidade do planeta. Lembro que a região amazônica equivale à área de toda a Europa Ocidental. Antecipamos, de 2060 para 2050, o objetivo de alcançar a neutralidade climática. Os recursos humanos e financeiros, destinados ao fortalecimento dos órgãos ambientais, foram dobrados, com vistas a zerar o desmatamento ilegal. E os resultados desta importante ação já começaram a aparecer! Na Amazônia, tivemos uma redução de 32% de desmatamento no mês de agosto, quando comparado a agosto do ano anterior. QUAL PAÍS DO MUNDO TEM UMA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL COMO A NOSSA? Os senhores estão convidados a visitar a nossa Amazônia! O Brasil já é um exemplo na geração de energia com 83% advinda de fontes renováveis. Por ocasião da COP-26, buscaremos consenso sobre as regras do mercado de crédito de carbono global. Esperamos que os países industrializados cumpram efetivamente seus compromissos com o financiamento de clima em volumes relevantes. O futuro do emprego verde está no Brasil: energia renovável, agricultura sustentável, indústria de baixa emissão, saneamento básico, tratamento de resíduos e turismo [...] (Ministério das Relações Exteriores, 2021).

Como se observa, o enfraquecimento da diplomacia ambiental como instrumento de *soft power* se materializa por pronunciamentos como o excerto assim. Por um lado, a reverberação do discurso, no âmbito internacional, pode ter maculado uma credibilidade que fora construída ao longo das décadas. Desde o menor investimento (gastos orçamentários) com o Ministério do Meio Ambiente (SIOP) à uma média anual de desmatamento de 11,4 mil km² - maior aumento proporcional em relação ao mandato anterior, segundo o Observatório do Clima (2021).

Em relação à proteção ambiental, o Ibama possui um déficit de 956 analistas ambientais e o ICMBio, de 608 (Gorgizza; Bueno, 2023). Portanto, um regresso da predominância conservadora dentro das posturas antropocêntricas. Em outras palavras, as

medidas defendidas por Jair Bolsonaro, como por exemplo, promover cortes nos orçamentos das agências que devem aplicar esse controle, ou aumentar o apoio às grandes empresas privadas, têm como consequência a anulação de muitos componentes de qualquer estratégia de execução de uma diplomacia ambiental sólida.

Ao fim, instituiu-se uma confusão do que realmente se executa com o que discursa:

(...) uma vez que Bolsonaro apoia muitas dessas medidas por meio de um discurso de moral conservadora que, por sua vez, impõe sérias limitações à ética. Dito de outra forma, Bolsonaro insiste em dizer que sabe o que é ‘certo’ e o que é ‘errado’, mas, ao mesmo tempo, ataca a pluralidade de valores que deveria alimentar a construção de uma moral. Um dos seus aspectos principais é anular qualquer ética que reconheça num valor próprio à Natureza - ou um valores que não seja puramente econômico (Gudynas, 2021, p. 88).

4.2.4. Discurso na 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas

Os atritos diplomáticos que se desenrolaram pela repercussão dos discursos de Jair Bolsonaro, desaguaram em descontentamento e sanções econômicas ao Estado Brasileiro, tornando o país um paria perante as nações (Almeida, 2021). A construção gradativa de uma diplomacia ambiental forte como instrumento gerador de *soft power* foi, de alguma forma, abalada pela abordagem de PEB do governo anterior. Repara-se em uma inabilidade do governo à época de gerir uma comunicação pública e sua imagem para estabelecer relações positivas com seu público-alvo.

Seu último discurso ocorreu na 77ª Assembleia Geral da ONU, em 2022. O desgaste da reputação internacional brasileira decorrente da ineficácia na promoção da agenda sustentável, escoa para a falta de uma comunicação para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da transformação social por meio de uma comunicação participativa e inclusiva (Tufte, 2020). Isto é, a ausência do uso do poder da comunicação na construção de uma consciência coletiva em assuntos ambientais, desestimulou uma cooperação com os outros países.

A falta de engajamento com diferentes atores foi notória: comunidades tradicionais e organizações não governamentais foram deixados de lado, com suas vozes abafadas em meio às controvérsias e declarações polarizadas. A ausência de uma comunicação horizontal, de certo modo, teve um peso no enfraquecimento da diplomacia ambiental brasileira.

Na oportunidade, o discurso de Bolsonaro aparece como uma forma de prestar contas sobre uma realidade inexistente durante a pandemia de COVID-19. Inicialmente contrário ao

uso de vacinas e expoente do uso da cloroquina, o mesmo valeu-se de uma outra retórica no púlpito da AGNU, insistindo no argumento de que lançou um amplo programa de imunização, inclusive com produção doméstica de vacinas.

Foto 6 - Bolsonaro na 77ª Assembleia Geral da ONU



Fonte: Gazeta do Povo, 2022.

Sendo a desinformação como um dos pilares do governo Bolsonaro, conseqüentemente existe uma ausência de transparência nas políticas ambientais. Atrelado às declarações controversas, notabilizou-se um enfraquecimento das instituições de fiscalização ambiental, o que acabou gerando uma recepção negativa na mídia internacional.

No tocante à construção do seu discurso, Bolsonaro percebeu que o palanque internacional poderia amenizar as tensões sobre matérias ambientais e portanto, comparado aos outros três discursos, separou um espaço específico e com mais detalhes sobre sua política ambiental doméstica. Contudo, revestida pela disseminação de desinformação e uma retórica cínica, ao ressaltar que em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, sob seu governo, o Brasil é parte da solução e referência para o mundo.

Ao analisarmos os pronunciamentos oficiais de Jair Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU nos deparamos com uma presença de um discurso contraditório no que diz respeito às ações do seu governo no âmbito ambiental, pois suas palavras frequentemente não se traduzem em ações efetivas. Ainda, como presente em todos os discursos, enquanto àquele busca se posicionar como defensor da Amazônia, o desmantelamento sistemático das

instâncias de proteção ambiental e aumento dos casos de incêndio e desmatamento, contradizem essas afirmações e apresenta incoerência (Safatle, 2008).

5. REPERCUSSÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL DO GOVERNO BOLSONARO NAS PÁGINAS DO THE NEW YORK TIMES

No capítulo anterior, foram apresentados e discutidos os discursos proferidos por Jair Bolsonaro, em quatro edições da Assembleia Geral das Nações Unidas, sobre assuntos ambientais, evidenciando a posição do ex-presidente sobre o assunto. Neste capítulo serão tratadas as questões metodológicas do trabalho, caracterização e interpretação das notícias - evidenciando, assim, os efeitos da política ambiental do Governo Bolsonaro nas páginas do *The New York Times*.

5.1. Procedimentos metodológicos

O presente trabalho tem como finalidade compreender como os discursos proferidos por Jair Bolsonaro sobre o meio ambiente, na AGNU, foram percebidos pelo NYT. Dessa forma, almejou-se o entendimento do impacto dos discursos do ex-mandatário na diplomacia ambiental brasileira e consequente enfraquecimento do *soft power* do país no sistema internacional. Ao evidenciar a retórica do ex-presidente, recorta-se à repercussão em um dos principais jornais de influência internacional.

Para isso foi desenvolvido uma construção metodológica de ordem qualitativa, baseada nas premissas de Bardin (2011) sobre análise de conteúdo, que visa "obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores e conhecimentos relativos à condições variáveis inferidas na mensagem" (Bardin, 2011, p. 47) e nas orientações de Stumpf (2011) no tocante à revisão bibliográfica para sua validação. Assim, quando o foco deste projeto recai sobre os discursos proferidos que se relacionam com a diplomacia ambiental como *soft power*, tem-se que o sentido está na compreensão das estruturas e recorrências, chegando-se a recepção do meio jornalístico selecionado.

Ainda de acordo com Bardin, ao utilizar o método selecionado em razão dos objetivos específicos apresentados, a "tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente *desviar* o olhar para outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira". Por fim, nos valem do uso de pesquisa bibliográfica para validar, visando como a diplomacia ambiental pode ser compreendida enquanto *soft power*. Ao versar sobre uma ótica dicotômica, entre um sentido amplo e outro restrito, Stumpf (2011) nos ensina, quanto ao primeiro, a importância da revisão bibliográfica para sua validação e por

sua vez, quanto ao segundo, a basilar integração dos procedimentos que visam “identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados”. O uso deste método qualifica-se, *sine qua non*, para contextualizar as bases essenciais ao problema de pesquisa, permitindo inferir a resposta fundamental deste trabalho final (Stumpf, 2011, p. 51).

A escola do NYT *se deve à* credibilidade que o veículo logrou desde as coberturas de guerras e eventos de destaque, como o naufrágio do navio Titanic, em 1912, quando o jornal consolidou-se como um veículo jornalístico com importância mundial. Por tais motivos, o NYT ocupa o lugar de segunda maior tiragem e circulação dos Estados Unidos da América (Agility, 2022).

Por conta da sua histórica referência e influência global, selecionamos as notícias do NYT para compor o *corpus* desta pesquisa. O corpus analisado neste trabalho consiste em nove notícias colhidas no website do jornal selecionado, durante o período de 2019 a 2021, no qual o ex-presidente se direcionou ao mundo nas aberturas da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Justifica-se o período selecionado, por meio da observação do crescimento do noticiário internacional, momento em que passa a ocorrer após cada discurso. Apesar de haver conteúdos anteriores e posteriores à data da Assembleia Geral, que ocorre anualmente na metade do mês de setembro, determinamos uma amostra que engloba somente os textos que tratam do pronunciamento de Jair Bolsonaro de cunho informativo (notícias). Pois, de forma geral, editoriais e artigos de opinião expressam suas opiniões e intenções de forma mais clara e visível para o leitor (Manilha, 2020).

Foram consideradas as matérias relacionadas às pautas ambientais e climáticas apresentadas na retórica de Bolsonaro, o que permitiu compreender o contexto anterior e posterior ao pronunciamento de Jair Bolsonaro, referente aos quatro anos de governo, o que totaliza o mencionado *corpus* composto por nove notícias sobre a temática ambiental e climática.

Para chegar ao número final de notícias selecionados, realizamos a pesquisa nas ferramentas de busca do site do NYT e empregamos as palavras chaves “*Brazil*”, “*Bolsonaro*”, “*Speech*”, “*General Assembly*” e “*United Nations*”. As pesquisas no buscador do jornal americano foram combinadas, como por exemplo, “*Bolsonaro, Speech, General Assembly*” e individuais, valendo-se somente de uma das palavras-chave. Além disso, a

pesquisa contou com o filtro do buscador do website do NYT, com a seleção do ano da análise.

Para conduzir o processo de análise, discrimina-se a categoria *discurso*, para abarcar as subcategorias discriminadas nas temáticas (i) *meio ambiente*, (ii) *política e imagem externa* e, (iii) *conflitos diplomáticos*. Da explicação exposta, ilustramos o *corpus* da seguinte forma:

Quadro 2 - Ilustração do *corpus* empírico

| Propósito | Categoria | Temática | Corpus |
|--|-----------|---------------------------|---|
| Analisar a repercussão dos discursos proferidos na Assembleia Geral da ONU de Jair Bolsonaro nas notícias do NYT | Notícias | Meio Ambiente | Brazil's Bolsonaro on the Environment, in His Own Words |
| | | | The World's Largest Tropical Wetland Has Become an Inferno |
| | | | A Slow-Motion Climate Disaster: The Spread of Barren Land |
| | | Política e Imagem Externa | As U.N. Turns 75, the Celebration Is Muted by Calamity and Conflict |
| | | | Unvaccinated and defiant, Bolsonaro pushes back against criticism in his U.N. speech |
| | | | Under Pressure, Brazil's Bolsonaro Forced to Fight Deforestation |
| | | Conflitos Diplomáticos | Dispute Over Amazon Gets Personal for Bolsonaro and Macron |
| | | | Bolsonaro's Sudden Pledge to Protect the Amazon Is Met With Skepticism |
| | | | U.N. General Assembly: France and Turkey Cast Themselves as Peacemakers in Russia's War |

Fonte: elaborado pelo autor.

Considerando o problema ventilado no capítulo introdutório desta pesquisa, qual seja, como a posição empregada por Jair Bolsonaro na Assembleia Geral das Nações Unidas, foi percebida pelo *The New York Times*, enfraquecendo a diplomacia ambiental enquanto *soft power* brasileiro, passamos à análise das notícias, almejando os objetivos destacados. Valendo-se das estratégias metodológicas de Bardin (2011) e Stumpf (2011), o recorde das notícias inicialmente totalizaram 12 (doze) matérias jornalísticas, contudo, em razão da necessidade de expor uma análise concisa e construtiva para a área de pesquisa em comento, reduzimos nossa seleção para três matérias enquadradas em subcategorias temáticas que ilustram os principais pontos focais e convergentes do *corpus* para comprovar a hipótese do

enfraquecimento do *soft power* brasileiro por meio da visibilidade dada pelo *The New York Times*.

5.2.1. Meio ambiente

Na primeira categoria temática de notícias do NYT há um conjunto de três textos que relatam as crises ecológicas, abordando o desmatamento da Amazônia em 2019, os incêndios no Pantanal em 2020 e o processo de desertificação do nordeste em 2021, - o que, segundo Simões (2019, p. n.), causou uma “onda de indignação internacional”⁸. O posicionamento observado percorre todas as matérias analisadas, em que tanto os desastres naturais nos mencionados biomas e região tropical quanto flexibilização das normas protetivas foram objetos de críticas (idem, 2019).

Com o intuito de apresentar a referida abordagem de “tolerância zero” aos crimes ambientais de Jair Bolsonaro, o periódico noticiou que sua retórica era divergente do próprio histórico de Bolsonaro⁹. Os primeiros dias daquele governo foram marcados por um incansável trabalho para reverter a aplicação das proteções ambientais, outrora rigorosas no país e os ares de desconfiança, como se observa nas matérias, já rondava o ambiente diplomático antes do primeiro discurso na 74^o Assembleia Geral das Nações Unidas.

Em Simões (2019, s. p.), o foco estava na forma com que o jornal apresentava ao mundo a imagem externa e o contexto brasileiro da primeira metade do Governo Bolsonaro. A matéria apresentou o cenário da crise ecológica em temas como, amazônia, crimes ambientais, conservação e territórios indígenas¹⁰. Assim, sob o guarda-chuva do *greenwashing*, o posicionamento foi de atenção e duras críticas à inicial campanha durante a primeira aparição no cavernoso salão da Assembleia Geral da ONU no East Side de Manhattan (Wong *et al.*, 2019, s. p).

⁸ Tradução nossa para: “*wave of international outrage*”. (SIMÕES, 2019, n. p.).

⁹ Tradução nossa para: “*But that position is at odds with Mr. Bolsonaro’s own track record on safeguarding his country’s environment*” (SIMÕES, 2019, s.p.).

¹⁰ Do original “*On Environmental Crimes*”, “*On Conservation*”, “*On Indigenous Territories*”.

Imagem 1 - Brazil's Bolsonaro on the Environment, in His Own Words

Brazil's Bolsonaro on the Environment, in His Own Words

With criticism mounting on the policies of Brazil's president, he has promised to combat fires raging in the Amazon. But he has long supported scaling back protections for the rainforest.

Fonte: *The New York Times*.

O ambiente de indignação internacional foi expressivamente repercutido pelo jornal norte-americano, ademais, tal posicionamento veio a se sedimentar no decorrer dos outros anos de mandato e das aparições públicas no púlpito da ONU. Diante o aumento dos incêndios na Amazônia, a indisposição com políticos, celebridades e manifestantes resultou em consequências nefastas para o diploma ambiental brasileira. O *The New York Times*, diante uma avalanche de críticas sobre o desmatamento e incêndios na floresta tropical, por meio de Simões (2019, s.p) chegou a referir que “logo ficou claro que o Brasil poderia perder muito se o Sr. Bolsonaro não tomasse medidas para proteger a floresta”¹¹, ocasionando inclusive em boicotes econômicos pelos líderes internacionais e do setor privado nacional.

Quando abordado sobre os esforços de conservação, o ex-presidente argumentou que a regulamentação ambiental deveria ser relaxada, a fim de diminuir a atuação do IBAMA e na fiscalização na região amazônica (diminuindo em 20% as ações de execução da agência federal ambiental)¹². Ainda no tocante à conservação, destacou-se a reação de Bolsonaro sobre a suspensão do Fundo Amazônia de US\$39 milhões, referindo à chanceler Angela Merkel: “pegue esse dinheiro e use-o para reflorestar a Alemanha, OK? Você precisa disso muito mais do que nós aqui”¹³.

¹¹ Tradução do autor para: “*It soon became clear that Brazil stood to lose mightily if Mr. Bolsonaro did not take action to protect the forest*”. (SIMÕES, 2019, s.p.).

¹² Ibid, 2019, s.p.

¹³ Tradução nossa para: “*Take that money and use it to reforest Germany, O.K.? You need it way more than we do here*”. (Simões, 2019, n. p.).

A crise das queimadas causou um alerta à comunidade internacional sobre os rumos tomados pelo Brasil na proteção dos seus recursos naturais. Pecequilo (2004) afirma que a realidade da governança ambiental no uso dos seus recursos naturais para se projetar internacionalmente com determinada força não foi devidamente gerenciada por Bolsonaro, resultando em um crescente ultraje internacional. A credibilidade foi assim se deteriorando, como se observa pelas notícias veiculadas pelo NYT, em que a floresta tropical estaria sendo ilegalmente atacada por fazendeiros e que se encontraria à beira da destruição, gerando preocupação de âmbito global.

No primeiro exemplo apresentado, o NYT reporta uma fala de Bolsonaro, na qual ele diz que as áreas protegidas eram um “obstáculo para o crescimento econômico”¹⁴. Outrossim, Simões (2019, n. p.) diz que Bolsonaro acusou ONG’s de colocarem fogo na floresta tropical e as questões ambientais seriam somente uma preocupação dos veganos, daqueles que apenas comem vegetais (Einhorn *et al.*, 2020). Podemos perceber, portanto, uma clara desvalorização e descredibilização do discurso de Jair Bolsonaro.

No ano seguinte, a cobertura jornalística do NYT voltou os holofotes para os incêndios no Pantanal. O bioma sofreu um impacto devido a queimadas naturais propícias ao período sazonal, contudo, em razão do aumento das práticas ilegais de autoria dos fazendeiros, a proporção tomou uma dimensão maior.

Imagem 2 - *The World’s Largest Tropical Wetland Has Become an Inferno*

The World’s Largest Tropical Wetland Has Become an Inferno

By Catrin Einhorn, Maria Magdalena Arréllaga, Blacki Migliozi and Scott Reinhard Oct. 13, 2020

[Leer en español](#)

This year, roughly a quarter of the vast Pantanal wetland in Brazil, one of the most biodiverse places on Earth, has burned in wildfires worsened by climate change. What happens to a rich and unique biome when so much is destroyed?

¹⁴ Tradução nossa para: “Mr. Bolsonaro has been dismissive of the value of conservation efforts, arguing that environmental regulations should be relaxed to spur economic growth”. (Simões, 2019, n. p.).

Fonte: *The New York Times*.

Os jornalistas Einhorn *et al.* (2020) referem que, em razão das consequências advindas das queimadas e avanço da agricultura extensiva no Pantanal, criou-se um efeito dominó quando combinado ao desmatamento desenfreado da Amazônia. Em que pese o ex-presidente tenha recebido apoio da população da região do Pantanal, o mesmo montou uma campanha com a promessa de enfraquecer os regulamentos de conservação do bioma.

A situação trágica da seca, com o agravamento das mudanças climáticas e seus efeitos diante o algoz denominado tempo, foi o foco reportado na terceira matéria do *The Lady Grey*. A desertificação da região nordeste do Brasil foi a maior seca registrada (2012 a 2017) e a região não contava com números drásticos quanto à seca, caracterizando o evento climático (Nicas, 2021, s.p.).

Imagem 3 - *A Slow-Motion Climate Disaster: The Spread of Barren Land*

A Slow-Motion Climate Disaster: The Spread of Barren Land

Brazil's northeast, long a victim of droughts, is now effectively turning into a desert. The cause? Climate change and the landowners who are most affected.

Fonte: *The New York Times*.

Consequência de uma desastrosa relação diplomática e governança ambiental, o terceiro ano de crise ecológica enfrentada por Bolsonaro marcou as pautas internacionais, segundo Nicas (2021, p. n). O processo sistemático de enfraquecimento das instituições de proteção ambiental e ausência de compromissos internacionais ajuda a alimentar os ciclos de clima extremo, posto que na prática, Bolsonaro não deixou de lado sua retórica cínica para executar as medidas que esbravejava no púlpito da ONU. Em acréscimo, na perspectiva do

jornalista do NYT, não ocorreram medidas eficazes e significativas para reverter o processo de desertificação. Muito pelo contrário, ele retirou os regulamentos ambientais, ao mesmo tempo que capacitava mineiros e pecuaristas, acompanhado de um aumento acentuado no desmatamento do país (Nicas, 2021).

As três notícias iniciais que constituem temas voltados aos pronunciamentos sobre meio ambiente apresentam diferentes reações convergentes para uma invalidação da comunicação pública no exterior apresentada pelo governo brasileiro. O poder de atração, conforme apresentado no tópico teórico desta pesquisa, obteve um resultado diverso do que se espera deste movimento da PEB e se converteu em repulsa da postura do interlocutor, visto que marcada pela arrogância e cinismo, comprometendo a mensagem que o Estado Brasileiro enquanto um dos atores ativos nas matérias ambientais deveria transmitir a seus pares.

Infere-se uma recepção negativa, reverberado em um tom de desdém da posição de Jair Bolsonaro, comparado a forma com que comenta sobre outras nações no reporte do dia de debates na Assembleia Geral. Outrossim, a deslegitimidade fica evidente, indo no sentido oposto do que Nye (2004) e Weber (2004) projetam como variável de força no exercício do *soft power*; mascarando-se a realidade das consequências ambientais no país. Vimos uma representação do Brasil que, para o público estrangeiro, visava mascarar as crises ambientais decorrentes da ausência de proteção ambiental. Na percepção do *The New York Times*, as citações colocaram em xeque a legitimidade e veracidade das declarações oficiais do ex-presidente, deteriorando a imagem do governo no exterior (Londoño; Casado, 2019).

5.2.2. Política e imagem externa

No segundo grupo temático, foram selecionadas matérias sobre as consequências diretas ou indiretas das crises ecológicas como reflexo das falas do ex-presidente Jair Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU, nos anos de 2019 a 2022. Diferentemente da categoria anterior, neste momento as matérias selecionadas nos permitem compreender a recepção pelo NYT dos discursos proferidos no contexto da AGNU.

Imagem 4 - *As U.N. Turns 75, the Celebration Is Muted by Calamity and Conflict*

As U.N. Turns 75, the Celebration Is Muted by Calamity and Conflict

The organization created in the wake of one world war was aimed at preventing another. But a celebration of its accomplishments has been overshadowed by a pandemic and rising world tensions.

Fonte: *The New York Times*.

Sob a calamitosa pandemia de COVID-19 e o aumento das tensões mundiais, em 2020 a Organização das Nações Unidas fez 75 anos, com sua comemoração ofuscada pela pior crise econômica desde a grande depressão dos Estados Unidos e um planeta em aquecimento. Em Gladstone e Yuhas (2021), o sentido da matéria se ateu a inaptidão da política externa brasileira no exercício da diplomacia ambiental para se posicionar no cenário internacional e influenciar nações a cooperar com o desenvolvimento sustentável brasileiro. Dos pronunciamentos proferidos, compreendemos que o NYT, sob a ótica da produção de notícias, centrou-se na pauta do desmatamento da floresta amazônica. Repetidamente a repercussão atenta a forma com que Bolsonaro se direcionou em tom cínico, recurso usado para ensaiar uma visibilidade positiva, criando-se a justaposição de elementos sustentado por Chagas (2023).

Imagem 5 - *Unvaccinated and defiant, Bolsonaro pushes back against criticism in his U.N. speech*

Unvaccinated and defiant, Bolsonaro pushes back against criticism in his U.N. speech.

Brazil's far-right president, who bypassed the U.N. General Assembly's vaccination requirement, was the first leader so speak, portraying his country as a success story portrayed unfairly by the media.

Fonte: *The New York Times*.

A cólera do ex-presidente quanto à suposta invasão à soberania brasileira ao pronunciar no ano anterior que a floresta amazônica era do Brasil não durou muito tempo, reportam Londoño e Casado (2020), pois teve que alterar sua posição em virtude da pressão de governos europeus, investigadores estrangeiros e empresas brasileiras preocupadas com a reputação do país. Na perspectiva dos autores, ainda que tenha apresentado um discurso afável, permaneceu com as raízes de um governo que atraiu uma condenação global generalizada sobre suas políticas ambientais. Logo, fracassando no cultivo da instrumentalidade política da diplomacia ambiental para construir uma imagem, antes positiva, e instigando conflitos e disputas com as outras nações, impossibilitando a confiança no exercício de uma comunicação pautada no multilateralismo (Snow, 2020; Szondi 2009). Por consequência, a onda da degradação do soft power brasileiro demarcou uma fraca diplomacia ambiental.

Imagem 6 - Under Pressure, Brazil's Bolsonaro Forced to Fight Deforestation

Under Pressure, Brazil's Bolsonaro Forced to Fight Deforestation

After fending off international criticism on rainforest destruction, President Jair Bolsonaro caved to pressure and took steps to curb deforestation and forest fires.

Fonte: *The New York Times*.

Em Londoño (2021), no arripio dos discursos de abertura de Bolsonaro da 76ª Assembleia Geral da ONU, nos apresenta a posição anti-vacina e a postura sobre os problemas advindos da pandemia de coronavírus. Reportou-se a abordagem no uso de medicamentos ineficazes para tratar o COVID-19 e as críticas ao histórico de crises ambientais durante seu governo. Na recepção do periódico, a jornalista refere-se à fala inicial de Bolsonaro, que simboliza a retórica cínica e sensacionalista, ao mencionar uma parte de seu discurso: “eu vim para mostrar um Brasil que é diferente do que é mostrado nos jornais e na televisão”¹⁵ (Zizek, 2021, p. 12). A autora acrescenta que “ele argumentou que o Brasil deveria ser aplaudido por quanto de suas florestas permaneciam intactas e disse que o país poderia desenvolver terras de forma saudável em regiões ambientalmente críticas como a Amazônia”¹⁶ (Londoño, 2021, s. p.).

Houve, da perspectiva do NYT, o direcionamento de que a reputação do Brasil em relação ao meio ambiente também colocou em risco dois importantes objetivos de política externa: a implementação de um acordo comercial com a União Europeia e sua ambição de se juntar à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Londoño; Casado,

¹⁵ Tradução nossa para: “I came here to show a Brazil that is different from what is shown in the newspapers and on television”. (Londoño, 2021, s.p).

¹⁶ Tradução nossa para: “Yet on Tuesday he argued that Brazil should be applauded for how much of its forests remain intact and said the country could sustainably develop land in environmentally critical regions like the Amazon”. (idem, s.p).

2020). Noutra perspectiva, os elementos históricos da Política Externa Brasileira (PEB), como a postura pacifista, o compromisso com o universalismo, a adesão ao multilateralismo, a busca por cooperação regional e a defesa dos interesses das nações em desenvolvimento, foram ignorados pelo ex-presidente e resultaram na fragilidade substancial do *soft power* brasileiro, impossibilitando uma posição firme perante a novos tratados e acordos comerciais de interesse nacional. Por meio desta leitura, podemos entender o liame sensível entre a execução das políticas ambientais domésticas com a recepção destas ações por veículos internacionais, gerando uma imagem externa carente de legitimidade. Considerando a influência da informação e que por meio do seu uso, a comunicação pública enquadra-se como elemento significante na construção de um forte *soft power*, a falha brasileira nestes quatro anos de governo aprofundou sua ineficiência.

5.2.3. Conflitos diplomáticos

O exercício sutil do poder é capaz de conferir legitimidade diante os olhares do público externo, oportunizando a validação para sua acolhida e engendrando laços diplomáticos com o condão de fortalecer as relações. Notadamente quando se aborda temáticas de interesse público vinculadas à construção discursiva governamental (pautas de meio ambiente, por exemplo), o *soft power* harmoniza-se com a edificação de uma reputação intrínseca no âmbito das instituições internacionais. Neste sentido, e por fim, os pronunciamentos de Jair Bolsonaro geraram conflitos para a política externa brasileira com países estrangeiros. Muito devido à inabilidade no uso da diplomacia ambiental como *soft power*.

Os pronunciamentos de Bolsonaro geraram tensões diplomáticas com personagens como Emmanuel Macron, Angela Merkel e Joe Biden. Como abordado no escopo teórico, o *soft power* necessita convergir para uma reputação sólida perante as instituições internacionais por meio de uma das três bases estipuladas por Nye (2004). No tocante ao âmbito político, percebemos que a diplomacia ambiental é basilar para a longevidade no meio internacional visto que repousa na convicção de que as opiniões, atitudes e comportamentos possuem relevância para os governos.

Imagem 7 - *Dispute Over Amazon Gets Personal for Bolsonaro and Macron*

Dispute Over Amazon Gets Personal for Bolsonaro and Macron

Fonte: *The New York Times*.

Os padrões de conduta adotados pela diplomacia ambiental brasileiro, foram reconhecidos pelo *The New York Times* como uma disputa verbal intensamente pessoal entre o presidente Jair Bolsonaro e o presidente Emmanuel Macron. Em Breeden e Specia (2019, s.p), as atitudes de Bolsonaro foram assim projetadas: “o escrutínio de suas políticas se intensificou à medida que a atenção internacional se voltou para os incêndios devastadores que assolaram a floresta tropical”¹⁷. De acordo com a matéria, o presidente francês acusou Jair Bolsonaro de mentir sobre seu compromisso com a luta contra as mudanças climáticas e apresentou oposição ao Acordo UE-Mercosul. Ainda, as tensões sobre as políticas climáticas e o frágil acordo comercial estão se formando há algum tempo, realçando o tom de desprezo do *The New York Times* às atitudes do ex-presidente (Breeden; Specia, 2019).

Bolsonaro, na perspectiva do jornal norte-americano, colocou em risco o acordo UE-Mercosul, considerando-se como uma sanção indireta diante a desastrosa política ambiental. Aponta-se que quando os governos estrangeiros eram citados, uma dicotomia emergia, em que o vilão era Bolsonaro e as potências estrangeiras seriam as heroínas, demonstrando também um certo tom eurocentrista. De toda sorte, o tema ambiental enquanto força de barganha e influência internacional se encontra bastante presente, uma vez que os acontecimentos do embate originaram boicotes ao governo brasileiro, principalmente da parte do governo americano de Joe Biden.

Imagem 8 - *Bolsonaro's Sudden Pledge to Protect the Amazon Is Met With Skepticism*

¹⁷ Tradução nossa para: “*Scrutiny of his policies has intensified as international attention has turned to the devastating fires ravaging the rainforest, many of them intentionally set to clear land*”. (Breeden; Specia, 2019, s.p)

Bolsonaro's Sudden Pledge to Protect the Amazon Is Met With Skepticism

The Biden era has prompted Brazil to take steps to repair its record as an environmental scoundrel — for which it's seeking billions of dollars from the international community.

Fonte: *The New York Times*.

Em Andreoni e Londoño (2021), o foco se deu na posição cética dos líderes internacionais decorrentes dos pedidos de Jair Bolsonaro para receber investimentos e, de fato, realizar os compromissos ambientais proferidos. Nesse sentido, os doadores estão relutantes em fornecer o dinheiro já que o Brasil, sob a administração Bolsonaro, tem estado ocupado fazendo o oposto da conservação, destruindo o sistema de proteção ambiental do país, minando os direitos indígenas e defendendo as indústrias que impulsionam a destruição da floresta tropical. Vale complementar a referência de Andreoni e Londoño (2021, s. p.), ao proferir que “por dois anos, o Sr. Bolsonaro não se incomodava com sua reputação como vilão ambiental”¹⁸.

Imagem 9 - U.N. General Assembly:

France and Turkey Cast Themselves as Peacemakers in Russia's War

¹⁸ Tradução nossa para: “For two years, Mr. Bolsonaro seemed unbothered by his reputation as an environmental villain”. (Andreoni; Londoño, 2021, s.p).

United Nations General Assembly

U.N. General Assembly: France and Turkey Cast Themselves as Peacemakers in Russia's War

Fonte: *The New York Times*.

A pressão externa a Bolsonaro foi citada pelos autores, em que diplomatas europeus e britânicos trabalham há meses para pressionar o governo Brasileiro a se comprometer a proteger o meio ambiente antes da cúpula climática das Nações Unidas (Andreoni; Londoño, 2022). Ainda em meio a Guerra da Ucrânia, as questões ambientais não deixaram de ser o ponto central das críticas do NYT ao enfraquecido *soft power* brasileiro. Segundo Nicas e Spigariol (2022), o discurso proferido por Jair Bolsonaro na 77ª Assembleia Geral da ONU foi menos controverso do que o discurso da Alta Cúpula anterior. Entretanto, ao versar sobre meio ambiente, voltou a retórica cínica de defesa do histórico ambiental, ao proferir que o Brasil protegeu mais terras do que a maioria das nações (Nicas; Spigariol, 2022).

6. Considerações Finais

Na presente pesquisa, analisamos a cobertura jornalística dos discursos oficiais de Jair Bolsonaro em matéria ambiental, nos anos de 2019 a 2022, realizada pelo NYT. Enquanto resultado final, aspiramos compreender como os discursos proferidos por Jair Bolsonaro sobre o meio ambiente, na AGNU, foram percebidos pelo NYT. Dessa forma, almejou-se o entendimento do impacto dos discursos do ex-mandatário na diplomacia ambiental brasileira e consequente enfraquecimento do *soft power* do país no sistema internacional.

Ao final do estudo, verificamos que o periódico atribui à postura adotada por Bolsonaro a responsabilidade pelo agravamento dos crimes ambientais durante seu mandato. Assim, essas suposições revelaram-se verdadeiras e foram confirmadas pela análise das matérias jornalísticas.

As notícias divulgadas pelo NYT em relação à agenda ambiental de Jair Bolsonaro, adotam um tom crítico nos momentos em que ele se manifestou na Assembleia Geral da ONU. Ao examinarmos as nove matérias selecionadas, constatamos a construção de uma visão negativa do governo brasileiro e de seu ex-presidente. A gestão ambiental brasileira, em termos gerais, é retratada como negligente e frágil na aplicação de suas leis ambientais, que são frequentemente violadas sem repercussões legais ou facilmente contornadas, culminando em uma retórica de "lavagem verde" no cenário internacional.

Fica claro que o referido veículo internacional considera a postura de Jair Bolsonaro como um dos principais impulsionadores do aumento dos desastres ambientais em solo brasileiro, incluindo incêndios e desmatamentos na Amazônia, além de outras ocorrências que foram amplamente noticiadas. Portanto, conjecturas que, em razão dos discursos e da tonalidade empregada na retórica, a credibilidade e a legitimidade do país perante a comunidade global poderiam ser afetadas, gradualmente enfraquecendo a ferramenta de poder suave do Brasil.

A imagem de Jair Bolsonaro é elaborada de forma a retratá-lo como um líder cínico e descomprometido com a pauta ambiental e climática, demonstrando ceticismo em relação a fatores científicos (negacionismo climático), extremismo e incapacidade de liderar a presidência de um país como o Brasil. Suas habilidades em diplomacia ambiental são consideradas insignificantes e seus discursos são percebidos como desrespeitosos e contundentes, enfraquecendo assim o potencial de *soft power*. Um exemplo disso foi evidenciado na análise da temática de conflitos diplomáticos, uma vez que devido aos

incêndios, países como a Noruega, Alemanha e França cancelaram acordos ambientais e se opuseram a firmar acordos comerciais.

Os desafios desta pesquisa se fizeram presentes no complexo desenvolvimento da política externa brasileira ao longo dos diversos governos federais que ascenderam ao poder e ensaiaram o uso dos recursos naturais como instrumento de influência nas relações internacionais. Outrossim, a hipótese ventilada se mostrou verificada no momento da identificação da retórica apresentada por Jair Bolsonaro nos seus discursos perante a Assembleia Geral da Nações Unidas e a forma crítica repercutida pelo *The New York Times*. Ao tratarmos da diplomacia ambiental como forma de exercício de *soft power*, entendemos esta espécie diplomática como um instrumento de exercício de poder, a partir da fonte política, sobre as políticas externas e seu eco nas reputações de determinada postura ou eventos. Isto é, o uso deste mecanismo de poder foi sistematicamente frustrado pelo ex-presidente da república, visto que vinculou a imagem do país a uma repercussão midiática negativa quanto a pauta verde e diante a ilegitimidade traçada, fragilizou os laços diplomáticos anteriormente construídos pela diplomacia ambiental brasileira.

Finalmente, com os resultados obtidos, espera-se que este estudo contribua para o campo relativamente limitado de pesquisas sobre relações públicas internacionais e diplomacia ambiental. A temática pode ser expandida para outros contextos em estudos futuros, permitindo uma compreensão mais abrangente de como jornais estrangeiros moldam a imagem do Brasil, inserindo-se no processo de construção de uma diplomacia ambiental como um veículo de poder suave para influenciar e consolidar objetivos econômicos, conforme discutido por Nye (2004) e Snow (2020). Atualmente, em que todas as atenções e dinâmicas diplomáticas estão voltadas para a narrativa dos conflitos ambientais e as ramificações das mudanças climáticas, pesquisas e trabalhos neste domínio são de suma importância para a construção de uma linha de pesquisa científicas coerente em relações públicas internacionais alinhada à execução da diplomacia ambiental como um meio de poder entre Estados.

7. Referências Bibliográficas

- AGILITY. **Top 10 U.S. Newspapers by Circulation**. Disponível em: www.agilitypr.com/resources/top-media-outlets/top-10-daily-american-newspapers/. Acesso em: 10 de ago. de 2023.
- AGUIAR, Brandy Stephanie Ribeiro. **Paving The K-Way**: análise da atuação do Grupo BTS como representante diplomático da Coreia do Sul. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Públicas) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.
- AGUIAR, Brandy; Dantas Guibson. A Nova Diplomacia Pública como conceito de interesse das Relações Públicas Internacionais. In: 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2023, Belo Horizonte. **Anais do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2023.
- ALAIMO, Kara. **Pitch, tweet, or engage on the street**: How to practice global public relations and strategic communication. New York, NY: Routledge, 2017.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Apogeu e demolição da política externa**: itinerários da diplomacia brasileira. São Paulo: Appris, 2021.
- ANDREONI, Manuela; LONDOÑO, Ernesto. Bolsonaro's Sudden Pledge to Protect the Amazon Is Met With Skepticism. **The New York Times**, Nova Iorque, *n.p.*, 20 set. 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/04/21/world/americas/bolsonaro-climate-amazon.html>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- AROEIRA, André; UNTERSTELL, Natalie. Sob Bolsonaro, Brasil transforma em fardo a dívida da natureza. **UOL**, 17 jun 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniaio/2020/06/17/sob-bolsonaro-brasil-transforma-em-fardo-a-dadiva-da-natureza.htm>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- AZPIROZ, Maria-Luisa. **Soft Power and Public Diplomacy**: The Case of the European Union in Brazil. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3172344. Acesso em: 19 ago. 2023.
- BALLERINI, Franthiesco. **Poder Suave (Soft Power)**. 1. ed. São Paulo: Summus, 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2008. p. 281.
- BODANSKY, Daniel. The Paris Climate Change Agreement: A New Hope? **The American Journal of International Law**, v. 110, n. 2, p. 288, 2016. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/10.5305/amerjintelaw.110.2.0288?seq=1&cid=pdfreferene/refere nces_tab_contentes. Acesso em: 15 jun. de 2023.
- BREEDEN, Aurelien; SPECIA, Megan. Dispute Over Amazon Gets Personal for Bolsonaro and Macron. **The New York Times**, 26 ago. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/26/world/europe/bolsonaro-macron-g7.html#:~:text=PARI S%20—%20What%20began%20as%20an,Brazil%20and%20President%20Emmanuel%20M acron>. Acesso em: 1 ago. 2023.

BRY, Sandra H. Brazil's Soft-Power Strategy: The Political Aspirations of South–South Development Cooperation. **Foreign Policy Analysis**, 17 abr. 2016. Disponível em: https://backend.orbit.dtu.dk/ws/portalfiles/portal/139598547/ISA_style_formatted_manuscript_Final.pdf . Acesso em 01 ago 2023 .

BUSCH, Alexander. **Brasil se tornou pária internacional**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-se-tornou-p%C3%A1ria-internacional-sem-aliados-nem-simpatias/a-54010979> . Acesso em: 30 jun. 2023.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. In: A Sociedade em rede. São Paulo : Paz e Terra, 2000. v. 1.

CASA CIVIL. **Na 76º Assembleia-Geral da ONU, Bolsonaro destaca ações de proteção do meio ambiente e combate à Covid-19**. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/setembro/na-76deg-assembleia-geral-da-onu-bolsonaro-destaca-acoes-de-protecao-do-meio-ambiente-e-combate-a-covid-19>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

CHAGAS, V. Por uma deontologia do humor: um exame sobre o riso inclusivo, ou que preceitos orientam o humor democrático? In: MENDONÇA, R. F.; SARMENTO, R. **Crises da democracia e esfera pública**. Belo Horizonte: Incipit, 2023. P. 88.

CHATIN, M. Brazil: analysis of a rising soft power. **Journal of Political Power**, v. 9, n. 3, p. 369–393, set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/2158379x.2016.1232286>. Acesso em 30 jun. 2023

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. (org) **Bens Culturais e Relações Internacionais: o patrimônio como espelho do soft power**. Santos: Leopoldianum, 2017. p. 466

CNN. **Em discurso para COP26, Bolsonaro diz que Brasil é parte da solução climática**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/em-discurso-para-cop26-bolsonaro-diz-que-brasil-e-parte-da-solucao-climatica> . Acesso em: 30 jun. 2023.

CORRÊA DO LAGO, André Aranha. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as Três Conferências Ambientais das Nações Unidas**. Brasília : FUNAG, 2007.

CURTIN, Patricia A.; GAITHER, T. Kenn. **International Public Relations**. SAGE Publications, 2007.

BRASIL. [CITES]. **Convenção Sobre Comércio Internacional Das Espécies Da Flora E Fauna Selvagens Em Perigo de Extinção**. Ibama, DF. Disponível em: www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/biodiversidade/cites-e-comercio-exterior/convencao-sobre-comercio-internacional-das-especies-da-flora-e-fauna-selvagens-em-perigo-de-extincao-cites . Acesso em 30 jun. 2023.

DALDEGAN, William; SOUSA, Ana Tereza. Soft power brasileiro: uma análise da política externa em tempos pandêmicos. **Conjuntura Global**, v. 10, n. 1, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/cg.v10i1.79561> . Acesso em 01 ago 2023

DANTAS, Carolina. **Desmatamento na Amazônia cresce 9,5% em um ano e passa de 11 mil km², aponta Inpe.** Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/11/30/amazonia-teve-11-mil-km-de-desmatamento-entre-agosto-de-2019-e-julho-de-2020-aponta-inpe.ghtml#>. Acesso em: 14 set. 2023.

DANTAS, Guibson. As Relações Públicas Internacionais como instrumento de política externa brasileira: o caso da Declaração de Teerã. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 21, n. 46, 2022. DOI: 10.5902/2175497768225. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/68225>. Acesso em: 5 jul. 2023.

DANTAS, Guibson. Soft Power: tipologia de poder e Relações Públicas Internacionais. In: XX Congresso de Ciências da Comunicação na região Norte, 2023, Boa Vista. **Anais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na região Norte**. São Paulo: Intercom, 2023.

DODDS, Felix.; SPENCE, Chris. **Heroes of Environmental Diplomacy**. [s.l.] Routledge, 2022.

DUARTE, LÍlian. **Política Externa e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

EINHORN, Catrin. *et al.* The World's Largest Tropical Wetland Has Become an Inferno. **The New York Times**, 13 out. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2020/10/13/climate/pantanal-brazil-fires.html>. Acesso em: 1 ago. 2023.

ERNESTO, Londoño. Unvaccinated and defiant, Bolsonaro pushes back against criticism in his U.N. speech. **The New York Times**, 22 nov. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/09/21/world/americas/bolsonaro-covid-vaccine-un.html>. Acesso em: 1 ago. 2023.

ERNESTO, Londoño; CASADO, Leticia. Under Pressure, Brazil's Bolsonaro Forced to Fight Deforestation. **The New York Times**, Nova Iorque, p. s.p, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/08/01/world/americas/Brazil-amazon-deforestation-bolsonaro.html>. Acesso em: 1 ago. 2023.

FERREIRA, Maria. **História da República no Brasil: Nova República começa com o fim da ditadura militar**. Senado Federal, [S. l.], p. n.p., 25 set. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2018/09/25/periodo-conhecido-como-nova-republica-comeca-com-o-fim-da-ditadura-militar-no-brasil>. Acesso em: 14 set. 2023.

FRANÇA, Joan. A Política Externa Brasileira para o Meio Ambiente: de Estocolmo a Joanesburgo. **Cadernos de Relações Internacionais**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 1-31, 2010.

FAO. The State of the World's Forests 2020. [s.l.] FAO and UNEP, 2020. Roma. DOI: <https://doi.org/10.4060/ca8642en>, p.1-195, 2004.

G1. **Leia a Íntegra Do Discurso Do Presidente Jair Bolsonaro Na Assembleia Geral Da ONU**, 22 Sept. 2022, Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/20/leia-a-integra-do-discurso-do-presidente-jair-bolsonaro-na-assembleia-geral-da-onu.ghtml>. Acesso em 01 ago. 2023.

GARCIA, Eugênio Vargas. **O Sexto Membro Permanente: o Brasil e a criação da ONU**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

GENIN, Carolina. Meta brasileira de antecipar a neutralidade climática é gesto importante, mas contradiz as ações climáticas atuais do governo. **WRI News**, 23 abr. 2021. Disponível em: www.wribrasil.org.br/imprensa/meta-brasileira-de-antecipar-neutralidade-climatica-e-gesto-importante-mas-contradiz-acoes; Acesso em: 07 jul. 2023

GLADSTONE, Rick. As U.N. Turns 75, the Celebration Is Muted by Calamity and Conflict. **The New York Times**, 11 nov. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/09/15/world/United-Nations-General-Assembly.html#:~:text=As%20U.N.,Turns%2075%2C%20the%20Celebration%20Is%20Muted%20by%20Calamity%20and%20Conflict,pandemic%20and%20rising%20world%20tensions>. Acesso em: 1 ago. 2023.

GORGIZZA, Amanda; BUONO, Renata. Como Bolsonaro rifou o meio ambiente. **Piauí**, São Paulo, 17 abr. 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/como-bolsonaro-rifou-o-meio-ambiente/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

GRUNIG, James E. (Org.), **Excellence in public relations and communication management**. Hillsdale, N.J: L. Erlbaum Associates, 1992.

GRUNIG, James E., Grunig, L. A. Sriramesh, K., & Lyra, A. (1995). Models of Public Relations in an International Setting. *Journal of Public Relations Research*. In: **The Global Public Relations Handbook**, 7(3), 163–186. <https://doi.org/10.1207/s1532754xjpr0703>. Acesso em: 08 jun 2023.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da Transparência**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy. Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash. **Journal of Democracy**, vol. 30, n. 1, p. 68-82, 2019.

IKENBERRY, John G. The Plot Against American Foreign Policy. In: **Foreign Affairs**. 2017. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/print/node/1119683>. Acesso em: 15 ago. 2023.

KESSLER, Márcia Samuel. **Protocolo de Nagoya: avanços e/ou retrocessos na proteção e repartição de benefícios gerados pelos conhecimentos tradicionais associados**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2015.

KOCHAKAR, Sarabdeep. K; MOLLEDA, Juan Carlos. The Evolving Links Between International Public Relations and Corporate Diplomacy. In: GOLAN, Guy. J; YANG, Sung-Un; KINSEY, Dennis F. (Org.), **International Public Relations and Public Diplomacy: Communication and Engagement**. Peter Lang Publishing, Inc, p. 51–72, 2015.

LACLIMA. **Acordo de Paris: um guia para os perplexos**. Observatório do Acordo de Paris, Setembro de 2022. Disponível em:

https://laclima.org/wp-content/uploads/2022/10/AcordoDeParis_UmGuiaParaOsPerplexos_Septembro2022-1.pdf Acesso em: 10 jun 2023

LARA, Rafaela. **Veja a íntegra do discurso de Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral da ONU.** CNN, São Paulo, 29 set. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/veja-a-integra-do-discurso-de-jair-bolsonaro-na-assembly-leia-geral-da-onu/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

LOTTEN, Mona. **Soft power and COVID-19.** Disponível em <https://www.britishcouncil.org/research-policy-insight/insight-articles/soft-power-COVID-19>. Acesso em 30 de junho de 2021.

MANILHA, Ana Flavia de Melo Sanção. **Cobertura Jornalística Internacional dos Incêndios na Amazônia:** uma análise do discurso informativo nos jornais The New York Times e Le Monde. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Jornalismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

MARSHALL, E. Unga. **Why does Brazil speak first at the General Assembly?** Disponível em: <https://brazilian.report/power/2019/09/23/unga-brazil-speak-first-un-general-assembly/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MELISSEN, Jan. **The new public diplomacy:** soft power in international relations. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

MELLO, Eduarda Gomes de. **Cinema e Relações Públicas:** Bollywood como instrumento de soft power da República da Índia.. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Relações Públicas), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 74ª Assembleia Geral Das Nações Unidas.** Brasília: FUNAG, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discursos-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-74a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso do Presidente Jair Bolsonaro na abertura da 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas.** Brasília: FUNAG, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discursos-do-presidente-jair-bolsonaro-na-abertura-da-75a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76ª Assembleia-Geral Da ONU.** Brasília: Planalto. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/09/discursos-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-76deg-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Em discurso na ONU, Presidente Bolsonaro destaca enfrentamento à Covid-19 e combate ao crime ambiental.** Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/09/em-discurs-o-na-onu-presidente-bolsonaro-destaca-enfrentamento-a-covid-19-e-combate-ao-crime-ambiental>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Resolução CONABIO nº 06**, de 03 de setembro de 2013. Brasília, [2013]. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/images/arquivo/80049/Conabio/Documentos/Resolucao_06_03set2013.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

RABADAN, David M.; ONOFRIO, Marcela I. **Noopolitik, Diplomacia Pública y Soft Power en la Sociedad Informacional.** Buenos Aires: Centro Argentino de Estudios Internacionales, 2006. Disponível em: <http://www.caei.com.ar/es/programas/teorias/22.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023

NICAS, Jack. A Slow-Motion Climate Disaster: The Spread of Barren Land. **The New York Times**, Nova Iorque, p. s.p, 3 dez. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/12/03/world/americas/brazil-climate-change-barren-land.htm>. Acesso em: 19 ago. 2023.

NICAS, Jack; SPIGARIOL, André. United Nations General Assembly U.N. General Assembly: France and Turkey Cast Themselves as Peacemakers in Russia's War. **The New York Times**, Nova Iorque, p. s.p, 23 set. 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/live/2022/09/20/world/united-nations-general-assembly>. Acesso em: 19 ago. 2023.

NOYA, Javier.. **Diplomacia pública para el siglo XXI : la gestión de la imagen exterior y la opinión pública internacional.** Barcelona: Ariel, DI, 2007.

NOYA, Javier. **El poder simbólico de las naciones.** Real Instituto Elcano, Madrid, 17 p. jul, 2005. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/42965614.pdf>. Acesso em 19 ago 2023.

NYE, Joseph S. Jr. Public Diplomacy and Soft Power. In: **The Annals of the American Academy of Political and Social Science.** Philadelphia, v 616, n. 1, p. 91-109, 2008. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/epdf/10.1177/0002716207311699>; Acesso em: 28 jun. 2023.

NYE, Joseph S. Jr. **Soft Power: the means to success in world politics.** New York: BBS Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, Carina. Biossegurança: a eficácia e a efetividade da legislação brasileira. In: Barros-Plataiu, A. F. Varella, M. D. (Orgs.). **A efetividade do Direito Internacional Ambiental.** Brasília: UNICEUB, UNITAR e UNB, 2009.

OLIVEIRA, Rafael Santos de. **A Mídia Como Ator Emergente Das Relações Internacionais:** seu protagonismo no uso do soft power frente aos desafios das mudanças climáticas. Dissertação (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2010.

PECEQUILO, Cristina S. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2009.

REUTERS. Brazil Amazon Deforestation Hits 12-Year High under Bolsonaro. The New York Times, 30 nov. 2020, Disponível em: <https://nytimes.com/2020/11/30/world/americas/brazil-amazon-rainforest-deforestation.htm>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ROSÁRIO, Ricardo, et al. Análise dos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do Protocolo de Cartagena e do Protocolo de Nagoya. In: DULEBA, Wânia; BARBOSA, Rubens Antônio (org). **Diplomacia Ambiental**. São Paulo: Blucher, 2022.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e Falência da Crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SARAIVA, Miriam. G.; SILVA, Alexandra. M. Between Political Crisis and COVID-19: Bolsonaro's Foreign Policy. **E-INTERNATIONAL RELATIONS**, v. 02.06.2020, 2020. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2020/06/02/between-political-crisis-and-covid-19-bolsonaros-foreign-policy/> Acesso em: 10 ago. 2023.

SCHULTZ, Amanda K; ARMADA, Charles. A Amazônia brasileira como recurso de poder no sistema internacional. **Conjuntura Global**, v. 10, n. 2, 2 out 2021. Disponível em: <https://10.5380/cg.v10i2.79042>. Acesso em 10 ago 2023.

SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe de (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2007.

SIMÕES, Mariana. Brazil's Bolsonaro on the Environment, in His Own Words (Published 2019). **The New York Times**, 27 ago. 2019. Disponível em: <https://nytimes.com/2019/08/27/world/americas/bolsonaro-brazil-environment.html?searchResultPosition=195>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SNOW, Nancy. Rethinking Public Diplomacy. In: SNOW, Nancy; TAYLOR, Philip M. **Routledge Handbook of Public Diplomacy**, 1. Ed. New York, NY: Routledge, p.3-11, 2009.

SNOW, Nancy; CULL, Nicholas J. **Routledge Handbook of Public Diplomacy**, 2. Ed. New York, NY: Routledge, 2020.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. (p. 51-61). São Paulo: Atlas, 2005.

SUSSKIND, L. **Environmental diplomacy : negotiating more effective global agreements**. New York: Oxford University Press, 1993.

SZONDI, Gyorgy. **Public diplomacy and nation branding: Conceptual similarities and differences**. Clingendael Institute. 2008.

TAYLOR, M.; KENT, M. L. Challenging assumptions of international public relations: When the government is the most important public. **Public Relations Review**, v. 25, n. 2, p.

131–144, jun. 1999. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0363-8111\(99\)80158-1](https://doi.org/10.1016/S0363-8111(99)80158-1). Acesso em: 20 jun 2023

BRASIL. [TIRFAA]. **Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura**. Ministério da Agricultura e Pecuária, DF. 2018. Disponível em: <https://.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/tecnologia-agropecuaria/tirfaa>. Acesso em 21 jun. 2023.

THE SOFT POWER 30 - BRAZIL. **USC Center on Public Diplomacy**, Portland, 2019. Disponível em: <https://softpower30.com/country/brazil/>. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

TACCHI, Jo; TUFTE, Thomas. **Communicating for Change**. ISBN 978-3-030-42513-5 (eBook). Springer Nature, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-42513-5> Acesso em: 20 de jun. de 2023.

VAN HAAM, Peter. Power, Public Diplomacy, and the Pax Americana. In: MELISSEN, Jan. **The new public diplomacy: soft power in international relations**. New York: Palgrave Macmillan, cap. 3, p. 47-66, 2005.

VANCIM, Lucca Giranda. **Diplomacia Ambiental a partir de 2019: A Amazônia e os desafios para o Desenvolvimento Sustentável**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

VERČIČ, Dejan; GRUNIG, Larissa; GRUNIG, James. Global and specific principles of public relations: Evidence from Slovenia. In: CULBERTSON, Hugh M.; CHEN, Ni (Orgs.). **International public relations: A comparative analysis**. Lawrence Erlbaum Associates: Routledge. p. 31–65, 1996.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías Alejandro. Governança Ambiental: da destruição das florestas até os objetivos de descarbonização. **Revista USP**, n. 134, 16 set. 2022, pp. 143–162, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/202384>, <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i134p143-162>. Acesso em: 15 Feb. 2023.

VOLCOVICI, Valerie; ABNETT, Kate. EUA saem formalmente de pacto climático global em meio a incerteza eleitoral. **Reuters**, 4 Nov. 2020, Disponível em: <https://reuters.com/article/ambiente-eua-retirada-idBRKBN27K2LW-OBRWD>. Acesso em 14 Aug. 2023.

WEBER, Maria Helena. Imagem Pública. In: RUBIM, Antônio (org). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, p. 259-307, 2004.

WERNECK, Felipe; ANGELO, Claudio. Brasil: 1000 Dias de Destruição: Como Jair Bolsonaro se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo. **Observatório do Clima**, 2 Nov. 2021, Disponível em: https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/11/1000Dias_D_PORTUGUES.pdf. Acesso em: 20 jun 2023.

WONG, Edward, et al. What to Expect at the U.N. General Assembly This Week. **The New York Times**, 22 set. 2019. Disponível em:

<https://nytimes.com/2019/09/22/world/americas/united-nations-what-to-expect.html?searchResultPosition=207>. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

ŽIŽEK, Slavoj. **A Amazônia está em chamas – e daí?** Blog Da Boitempo, 4 set. 2019, Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/09/04/zizek-a-amazonia-esta-em-chamas-e-dai/>. Acesso em: 10 ago 2023.

SENADO FEDERAL. **Entenda O Que é O Protocolo de Cartagena Sobre Biossegurança.** 13 Mar. 2006. Disponível em: www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/03/13/entenda-o-que-e-o-protocolo-de-cartagena-sobre-biosseguranca. Acesso em 12 Ago 2023.